

RELATÓRIO  
**DINÂMICA  
ESPACIAL  
DOS CRIMES  
VIOLENTOS**

NO MUNICÍPIO  
DE SÃO LUÍS

O debate sobre metodologias de análise espacial e temporal da criminalidade, principalmente nas suas modalidades violentas, ganha notoriedade e dá sentido aos objetivos deste relatório, na medida em que o crime e a violência manifestam-se como fenômenos altamente correlacionados com as dimensões espaço e tempo



**IMESC**  
INSTITUTO MARANHENSE DE  
ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS  
E CARTOGRÁFICOS



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO**  
Procuradoria Geral de Justiça

**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECÔMICOS E CARTOGRÁFICOS - IMESC**

**SUBSÍDIOS PARA O DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA: DINÂMICA ESPACIAL DOS  
CRIMES VIOLENTOS NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS**

**São Luís**

**2018**

**GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO**

Flávio Dino de Castro e Costa

**SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

Cynthia Celina de Carvalho Mota Lima

**INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS – IMESC**

Felipe Macedo de Holanda

**DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E GEOPROCESSAMENTO**

Josiel Ribeiro Ferreira

**DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS**

Dionatan Silva Carvalho

**DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

Carolina Araújo Quintanilha

**DIRETORA DE COMUNICAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE DADOS**

Lígia do Nascimento Teixeira

**COORDENAÇÃO**

Felipe Macedo de Holanda

Cláudio Almada Lima Cabral Marques

**EQUIPE DE ELABORAÇÃO**

Yata Anderson Gonzaga Masullo

Janderson Rocha Silva

Alfredo Luís Bacelar Ribeiro



## Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	3
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA O MONITORAMENTO DE DADOS DE VIOLÊNCIA EM SÃO LUÍS, MA</b> .....	9
<b>3. ANÁLISE ESPACIAL DOS CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS EM SÃO LUÍS</b> .....	12
3.1 Crimes Violentos Letais por Sexo .....	20
3.2 Crimes Violentos Letais por Faixa Etária .....	24
3.3 Dinâmica espacial dos Crimes Violentos Letais (Data e Horário).....	28
<b>4. ANÁLISE ESPACIAL DOS CRIMES VIOLENTOS NÃO LETAIS INTENCIONAIS EM SÃO LUÍS</b> .....	30
4.1 Crimes Violentos Não Letais por Sexo.....	37
4.2 Crimes Violentos Não Letais por Faixa Etária.....	42
4.3 Dinâmica espacial dos Crimes Violentos Não Letais (Data e Horário) .....	45
<b>5 REFLEXÕES E RECOMENDAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA DA GRANDE SÃO LUÍS</b> .....	48
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	51

## APRESENTAÇÃO

O lançamento desta segunda edição de relatório **Subsídios para o Diagnóstico da Segurança Pública: dinâmica espacial dos crimes violentos do município de São Luís**, ocorre em um momento extremamente oportuno. De um lado, porque, sob a orientação do Governador Flávio Dino, e em rede com a Secretaria de Segurança Pública, a SEDIHPOP (articulando diversas Secretarias e órgãos) e o Ministério Público Estadual, avançamos na integração das diferentes bases de dados relacionadas à extensa agenda da formulação e do monitoramento e avaliação das políticas de segurança pública no Estado do Maranhão.

De outro lado, porque avançamos significativamente na construção de uma plataforma tecnológica que permite, através da integração das diferentes bases de informação, a exportação (e o download) de bancos de dados (XLS, CSV) e bases cartográficas, associados ou não, para os diversos participantes do Sistema, de acordo com suas necessidades informacionais.

Nos termos da Lei 10.387/2015, conhecida como pacto da paz, cabe ao IMESC subsidiar a construção do diagnóstico da Segurança Pública do Maranhão, em colaboração com diversas Secretarias e com a participação das políticas de Segurança do Estado. Optamos como estratégia de iniciar os trabalhos contribuindo com o aumento e o aperfeiçoamento da inteligência territorial existente sobre o tema. Decidimos construir uma cartografia da Violência.

Para o desenvolvimento do estudo, idealizou-se um modelo para a elaboração da pesquisa, com uma abordagem sistêmica alicerçada por técnicas do Sistema de Informação Geográfico - SIG, baseando-se em indicadores espaciais em escala intra-urbana abrangendo os 261 bairros do município de São Luís delimitados pelo Instituto das Cidades – INCID

O Banco de Dados da Violência foi formatado a partir dos dados tabulados com série histórica do período de 2000 a 2013 fornecidos pelo Departamento de Informática da Sistema Único de Saúde – DATASUS, entre 2014 e 2017, e pela da Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP (entre 2014 e 2018), desagregados em nível municipal, bairro e logradouro. As séries temporais correspondem aos registros de Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI (desagregados em homicídios, latrocínios, lesão corporal seguida de morte) e também os (Crimes violentos Não Letais Intencionais - CVNLI (Roubo, estupro e lesão corporal), cada registros indexado a um conjunto de informações, como: endereço (bairro, rua, número e ponto de referências), gênero, faixa etária, data e horário, entre outros.

O estudo da dinâmica da cartografia da violência permite, uma vez escolhido o indicador/tema (por exemplo, os CVLI) e a abrangência territorial (nossa Grande Ilha), possamos adicionar camadas de informação territorial ao mapa, que vão ampliando nossa capacidade de contextualizar os elementos que são em si geradores ou facilitadores da violência, ou que estejam associados a ela, ocorrendo conjuntamente ou na ausência das ocorrências analisadas.

Os dados analisados, para o período 2014-18, mostram que houve redução continuada, a partir de 2015, nos indicadores de homicídios (CVLI) e de crimes violentos não letal intencionais (CVNLI), no que a Ilha do Maranhão contrasta com a maioria das demais regiões metropolitanas do país. O aumento do policiamento, proporcionado pelo crescimento do efetivo, em paralelo à expansão da frota, equipamentos e ações de inteligência, levou a uma migração do crime em direção aos bairros mais periféricos e à zona rural.

O estudo da dinâmica da cartografia da violência permite, uma vez escolhido o indicador/tema (por exemplo, os CVLI) e a abrangência territorial, possamos adicionar camadas de informação territorial ao mapa, que vão ampliando nossa capacidade de contextualizar os elementos que são em si geradores ou facilitadores da violência. Quando sobrepomos as camadas faixa etária, escolaridade, cor e local de moradia, por exemplo, observamos que cerca de 59% dos homicídios atingem pessoas até 29 anos, com escolaridade até o 1º grau, pardos ou negros e moradores das periferias, este mesmo perfil ocupa abrange 70% da população carcerária do Maranhão. Se, alternativamente, desagregamos o CVNLI e tomamos os subíndices Assalto e Estupro, podemos perceber que significativa parcela dos casos ocorre em cercanias dotadas de ausência de infraestruturas públicas plenamente adequadas, com destaque para a questão da iluminação. Analisando-se a dinâmica dos HotSpots do crime violento letal em São Luís, é nítida a ocorrência de uma migração do CVLI em direção aos bairros mais periféricos e à zona rural da Ilha.

O Projeto Integração e Tecnologia na prevenção e redução da criminalidade ganhou o 2º lugar no Prêmio do Conselho Nacional do Ministério Público. Como representantes do IMESC, estivemos lá, para, orgulhosamente, juntamente com o MPMA, receber o prêmio, na categoria Redução da Criminalidade. Que nos reafirmou quão fecundo é o caminho de produzir informação e inteligência territorial detalhada em prol do aprimoramento das políticas públicas. Interessante é que neste processo temos a grata satisfação de ter contribuído para a constituição e fortalecimento de destacados programas de pesquisa no tema da violência e Segurança Pública na UEMA, na UFMA, nas privadas, com destaque para a UNDB.

Por força do Acordo de Cooperação Técnica assinado entre IMESC, a Secretaria de Segurança, o Ministério Público Estadual, a Prefeitura e a Câmara Municipal de São Luís, o Governo do Estado amplia seus investimentos na criação de política estruturantes de aprimoramento, tratamento e gestão da informação, tornando-se imperativo afirmar, que os resultados do presente estudo apresentam, mesmo que indiretamente, informações sobre a efetividade de políticas públicas. Com base neles, pode-se pensar em como a realidade exposta influencia e é influenciada pelas ações de múltiplos atores, mas principalmente demonstra um cenário de causa e efeito que merece atenção e um maior senso de prioridade.

Neste contexto agradeço a equipe de análise criminal e estatística da Secretária de Segurança Pública -SSP, Prefeitura, à Câmara Municipal do município de São Luís e Ministério Público Estadual pelo apoio destaque o Promotor Cláudio Cabral e Vereador Astro de OGUN. Estendo os agradecimentos ao Dionatan Carvalho, Josiel Ferreira e Lígia, pelo papel de destaque e de coordenação, para o avanço do projeto e elogio ao Yata Anderson Masullo, que mostrou a relevância do tema, exerce a coordenação técnica de algumas pesquisas do

programa e vem se destacando por importantes iniciativas de diálogo com a Universidade e acesso a novas fontes de financiamento.

No âmbito desse processo de constituição de um sistema de informações estadual plenamente integrado, o IMESC fechou um Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP. Através do ACT, a equipe do Secretário Murilo Andrade, que já dispõe de um sistema de indicadores sofisticado e tempestivo, poderá baixar agora mapas e bancos de dados de todo o território estadual, sobrepondo camadas com dados, por exemplo, relacionados à incidência de determinados tipos de enfermidades entre os detentos de cada estabelecimento prisional.

Importante considerar que o banco de dados geoespacial produzido será integrado ao Sistema Estadual de Informações, que integra, entre outras bases o sistema de Planejamento Orçamentário-Financeiro (PPA/LDO/LOA/ Execução Financeira do Tesouro, da SEPLAN), o sistema fazendário e de registro de empresas (SEFAZ e JUCEMA), o sistema Metas (SEGOV), o Sistema Pró-municípios (SECAP e SEGOV). Integram o Sistema Estadual de Informações, da mesma forma, as bases da Secretaria da Educação e da Secretaria de Saúde, complementados por amplas bases de informação geridas pelo governo federal, a exemplo do DATASUS e do DATASUAS.

Outro vértice do Sistema Estadual de Informações, coordenado pelo IMESC, nos termos de sua Lei de Criação, congrega amplo espectro de bases de inteligência territorial, a exemplo das pesquisas estruturais que alimentam, em parceria com o IBGE o cálculo do PIB estadual e dos municípios maranhenses, a exemplo das pesquisas anuais da produção agrícola, industrial, de comércio de serviços, de pesca e extrativismo, etc. Os dados dos Censos Demográficos, abertos por municípios ou por setores censitários, as projeções de população, o monitoramento conjuntural dos dados de emprego formal (MTE) e da ocupação (IBGE), assim como os microdados do Censo agropecuário constituem outra das importantes bases que o IMESC disponibiliza, com atualização instantânea, dentro dos protocolos adequados à necessidade de cada participante, permitindo a exportação e o download de bases de dados e shapefiles.

O sistema integrado de informações da segurança pública foi o primeiro projeto que nos permitiu avançar na integração de bases de dados e compartilhamento de mapas. Temos certeza de que deste estratégico programa de pesquisas e experiência-piloto de planejamento territorial advirão novas e destacadas conquistas. Sobretudo, um exemplo de como a inteligência territorial pode contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e para o desenvolvimento do Maranhão.

**Felipe de Holanda**  
**Presidente do IMESC**

## 1 INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 organizou as demandas sociais do período, colocando a segurança pública como uma preocupação presente nas três esferas federativas. Essa necessidade, origina-se a partir da elevação das taxas de criminalidade e violência, da exclusão social e da penetração do crime nas instituições públicas (MADEIRA e RODRIGUES, 2015).

O cenário atual, revela a necessidade da discussão sobre dados concernentes à segurança pública, bem como da importância de pesquisas que se voltem para a temática por uma perspectiva ampla e que abarque diversos fatores, tais como, taxas de homicídios, pessoas mais propensas a serem vítimas de crimes, mortes de policiais, opiniões sobre a criminalidade, áreas de riscos e outros.

No Brasil, este cenário se apresenta de forma heterogênea, tanto quando se analisa a sua dimensão territorial quanto temporal. O crescimento da violência no país, nas últimas décadas tornou inegável a importância dos estudos de planejamento e gestão ligados ao combate deste cenário. Além dos homicídios, que representam o nível extremo que a violência pode alcançar, outros tipos de criminalidade, como latrocínio, lesão corporal e roubo, são constatados cotidianamente nas regiões metropolitanas.

Desse modo, na visão da população a ineficiência da segurança pública é um dos maiores problemas sociais do Brasil. O maior número absoluto de homicídios no mundo, subnotificações de estupros e roubos, crime organizado, tráfico de drogas, medo e outros fatores corroboram a problemática no país (CERQUEIRA et al., 2018). Contudo, o grau dos problemas criminais é heterogêneo entre unidades da federação, municípios e bairros. Por exemplo, das 50 cidades mais violentas do mundo em 2017, 17 são brasileiras e dessas 11 são nordestinas<sup>1</sup>.

De acordo com Lira (2014), observa-se que a criminalidade está concentrada no ambiente urbano, haja vista sua própria estrutura centralizadora produz e reproduz conflitos sociais amplificados pela ausência e inoperância do Estado. Tal processo perpassa por vários meandros como apresenta Milton Santos (2004) que descreve a macrocefalia urbana gerada pela massiva concentração das atividades econômicas, o que desencadeia processos descompassados como o redirecionamento de fluxos migratórios, déficit no número de

---

<sup>1</sup> Para mais detalhes, ver o ranking anual das cidades mais violentas do mundo realizado pela ONG Seguridad, Justicia Y Paz: <https://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/ranking-de-ciudades-2017>.

empregos, incremento de ocupações desordenadas, estigmatização de estratos sociais, ausência do Estado complementado pelo poder paralelo, o que inevitavelmente compromete a segurança pública e situa a violência e sua dinâmica espacial como parte integrante da problemática urbana.

Nesse contexto, o debate sobre metodologias de análise espacial e temporal da criminalidade, principalmente nas suas modalidades violentas, ganha notoriedade e dá sentido aos objetivos deste relatório, na medida em que o crime e a violência manifestam-se como fenômenos altamente correlacionados com as dimensões espaço e tempo, como demonstram Anselin et al. 2000; Ratcliffe; Taniguchi (2008); Garcia (2013); Lira (2014); Shiode et. al (2015); Melo et. al (2017).

O Brasil é considerado atualmente como um dos países mais violentos, representando cerca de 10% da taxa total de homicídios no mundo conforme Cerqueira (2016). Assim, os debates sobre o enfrentamento da violência têm se dado por meio de diversas frentes, como o endurecimento das leis e encarceramento em massa. Em contrapartida, entende-se que a violência não deve ser analisada de um ponto de vista meramente de punição, pelo contrário, o contexto social no qual está inserida mostra-se estruturante para que esta aconteça na realidade social vigente.

Considerando que o Maranhão se torna reflexo dessa realidade, busca-se visualizar os múltiplos fatores que explicam a escalada de violência no Estado e neste relatório de forma específica na capital maranhense. Entre estes fatores, destaca-se o crescimento do tráfico de drogas e a crise do sistema prisional do Estado, em um contexto de migração das facções criminosas com origem na região Sudeste do país. Por outro lado, não se pode desconsiderar as restrições operadas a partir dos escassos recursos destinados nas últimas duas décadas ao sistema de Segurança Pública do Estado, consolidando o insuficiente efetivo policial, além de infraestrutura inadequada e déficit de viaturas e armamento.

O desafio posto é consolidar um acervo de informações, com base em critérios, padrões e linguagens de fácil compreensão e utilização, que forneça subsídios para a proposição de políticas públicas e estratégias de prevenção, controle e combate à violência. Deste modo, preocupa-se na realidade, em construir indicadores sociais com base nos fluxos, padrões e tendências da violência, que hoje particularmente influencia diretamente a qualidade de vida da sociedade maranhense.

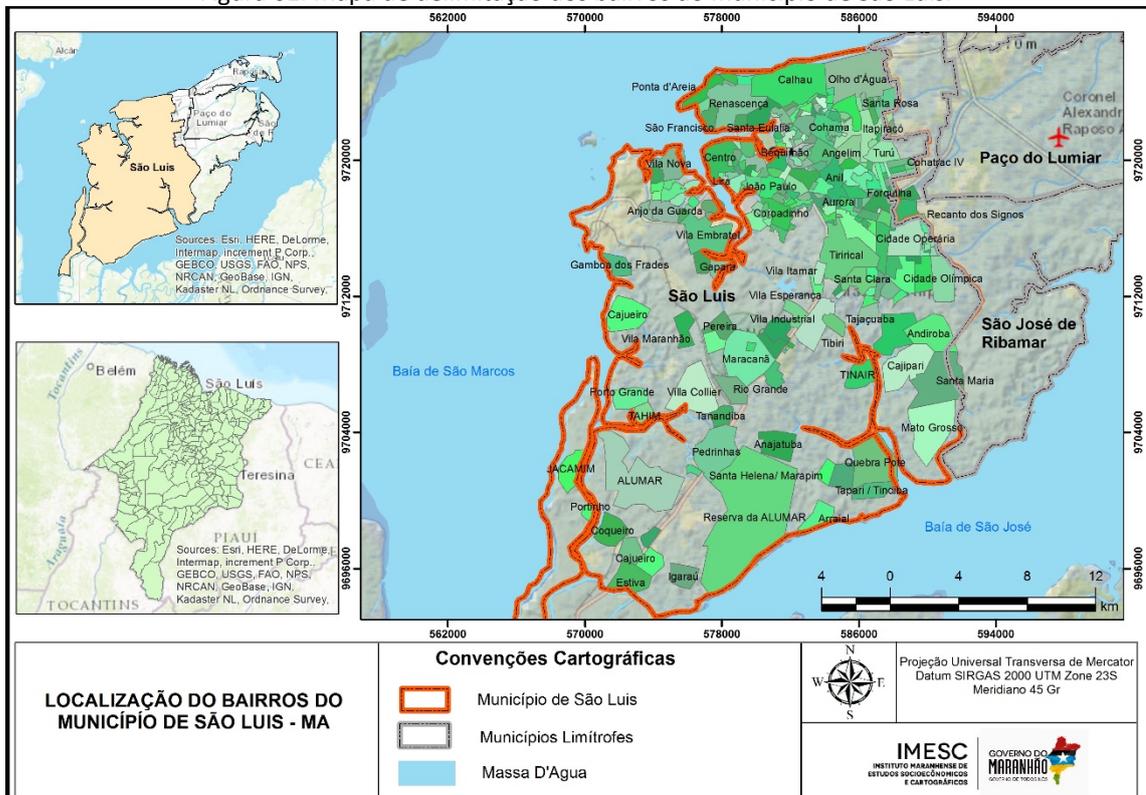
Para tanto, é importante reconhecer que a superação da situação de violência, exige a combinação do fortalecimento das condições de intervenção do Sistema de Segurança Pública, a partir de aumento do efetivo, melhoria da infraestrutura e na capacidade de planejamento e inteligência, em paralelo à implementação de políticas públicas e de inclusão social.

Sob as diferentes perspectivas apresentadas o presente relatório técnico mapeou os diversos aspectos relacionados à dinâmica espacial e temporal da criminalidade no município de São Luís. Correlacionando a dinâmica dos Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI (homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte) e Crimes Violentos Não Letais Intencionais – CVNLI (Roubos, Estupro e Lesão corporal), ao mesmo tempo que buscou-se abarcar temas como a violência contra jovens, mulheres, além da localização, dia e horário de cometimento dos crimes.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA O MONITORAMENTO DE DADOS DE VIOLÊNCIA EM SÃO LUÍS, MA.

Para o desenvolvimento do estudo, idealizou-se um modelo para a elaboração da pesquisa, com uma abordagem sistêmica alicerçada por técnicas do Sistema de Informação Geográfico - SIG, baseando-se em indicadores espaciais em escala intra-urbana abrangendo os 261 bairros do município de São Luís delimitados pelo Instituto das Cidades – INCID (Figura 01).

Figura 01: Mapa de delimitação dos bairros do município de São Luís.



A sigla CVLI foi criada em 2006 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), vinculada ao Ministério da Justiça (MJ). Esta sintetização dos dados de violência é composta por homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte “latrocínio”. Enquanto que CVNLI representa as ocorrências de roubo, lesão corporal e estupro conforme o Ministério Público Estadual. Para tanto, utilizou-se métodos de pesquisa, constituídos por: pesquisa documental, bibliográfica, cartográfica, além da coleta de dados com informações primárias e secundárias.

### A. Elaboração do Banco de Dados da Violência Georreferenciado:

O Banco de Dados da Violência foi formatado a partir dos dados tabulados com série histórica do período de 2000 a 2013 fornecidos pelo Departamento de Informática da Sistema Único de Saúde – DATASUS, entre 2014 e 2017 da Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP em nível municipal, bairro e logradouro correspondendo ao CVNLI e CVLI, distribuídos como:

- ◆ Incidência e quantitativo de Ocorrências CVLI e CVNLI;
- ◆ Endereço (Bairro, Rua, Número e Ponto de Referências);
- ◆ Gênero;
- ◆ Faixa Etária;
- ◆ Data e Horário.

Com o agrupamento e tabulação destes dados, foi possível a identificação das coordenadas geográficas (Latitude e Longitude), com posterior espacialização dos atributos quantitativos e qualitativos, topologicamente estruturados e formatados em um banco de dados georreferenciados.

Após a espacialização do quantitativo das ocorrências, calculou-se a taxa de incidência em escala municipal e bairros de São Luís. Para tanto, utilizou-se os dados populacionais por setor censitário, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Ressalta-se que a forma de tratamento dos dados empregados, possibilitam a mensuração e comparação das novas ocorrências de CVLI e CVNLI, em áreas com diferentes estratos populacionais, seguindo a série histórica em estudo.

$$\text{Incidência (Município)} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de novas ocorrências}}{\text{Quantitativo populacional}} \times 100.000$$

$$\text{Incidência (Bairro)} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de novas ocorrências}}{\text{Quantitativo populacional}} \times 10.000$$

Dessa forma, criou-se uma chave de interpretação para cada uma das informações, com base na sobreposição de Layers (camadas), realização de testes estatísticos e apuração da eficácia das técnicas metodológicas empregadas no processamento dos dados (Quadro 01).

Quadro 01: Dados utilizados para análise a partir de fontes de informações disponíveis com série histórica de 2000 a 2017.

BASE DE DADOS	INFORMAÇÃO DISPONÍVEIS	DEFINIÇÃO	DADOS	SÉRIE	ESCALA
Datusus	Homicídio	Óbitos por agressão (X85-Y09)	por faixa etária, local do óbito (via pública, hospital)	2000-2013	Município
	Homicídio por arma de fogo	Óbitos por agressão, por arma de fogo (X93-X95)			
Secretaria de Segurança Pública	Crime Violento Não Letais Intencional - CVNLI	Roubo, Lesão Corporal e Estupro	por tipo e por relação nominal	2014-2017	Bairro
	Crime Violento Letal Intencional - CVLI	Homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e o roubo seguido de morte (latrocínio), segundo SENASP	por tipo e por relação nominal	2014-2017	Logradouro

## B. Espacialização e confecção dos Mapas Temáticos

A espacialização dos dados de CVLI e CVNLI, exigiu inicialmente a consolidação da base cartográfica, haja vista a inexistência de legislação que delimite os limites dos bairros de São Luís, bem como o não alinhamento da utilização da mesma toponímia dos bairros por parte das instituições, tanto estaduais quanto municipais.

De acordo com a escala de análise foram utilizados como base cartográfica:

- ◆ Município utilizou-se a base fornecida pelo IBGE/IMESC;
- ◆ Delimitação e lista de Bairros utilizou-se a base fornecida pelo INCID, por ser a delimitação oficial do município de São Luís.

Para a confecção dos mapas temáticos, foram utilizadas técnicas ligadas ao SIG por meio dos softwares Arc Gis 10.6 e QGIS 2.18. Essas técnicas possibilitaram o alinhamento da lista e a delimitação de bairros e dos dados da SSP, MPE e INCID. A sobreposição e agregação de dados em diferentes escalas, fontes e estratos técnicos provocou conflitos metodológicos. Contudo, pela indisponibilidade de dados com uma série histórica significativa e qualidade dos dados fornecidos, faz-se necessário a utilização de tais procedimentos técnicos. É importante frisar que para sanar em parte tais “conflitos”, após a tabulação destes, desenvolveu-se testes estatísticos para determinar a significância dos dados e os resultados alcançados.

A partir do processamento do banco de dados da violência, foram elaborados mapas temáticos com base em inferências espaciais e análises estatísticas. Como resultado, estruturou-se o geodatabase com base no conjunto de dados vetorial. Isso possibilitou o mapeamento da dinâmica espacial com geração de Kernel e mapas de densidade, com o intuito de estabelecer a complementaridade de eventos que permitiram a análise globalizada da dimensão espaço-temporal do risco à violência.

Em suma infere-se ao estudo, a sistematização de parâmetros de dispersão e comportamento espacial das Ocorrências Policiais (CVLI e CVNLI), através da correlação e sobreposição das variáveis selecionadas. Ressalta-se que os critérios utilizados neste estudo, podem ser aplicados e aperfeiçoados a fim de melhor identificar áreas e grupos de risco em áreas específicas, bem como subsidiar o desenvolvimento e efetivação de políticas públicas.

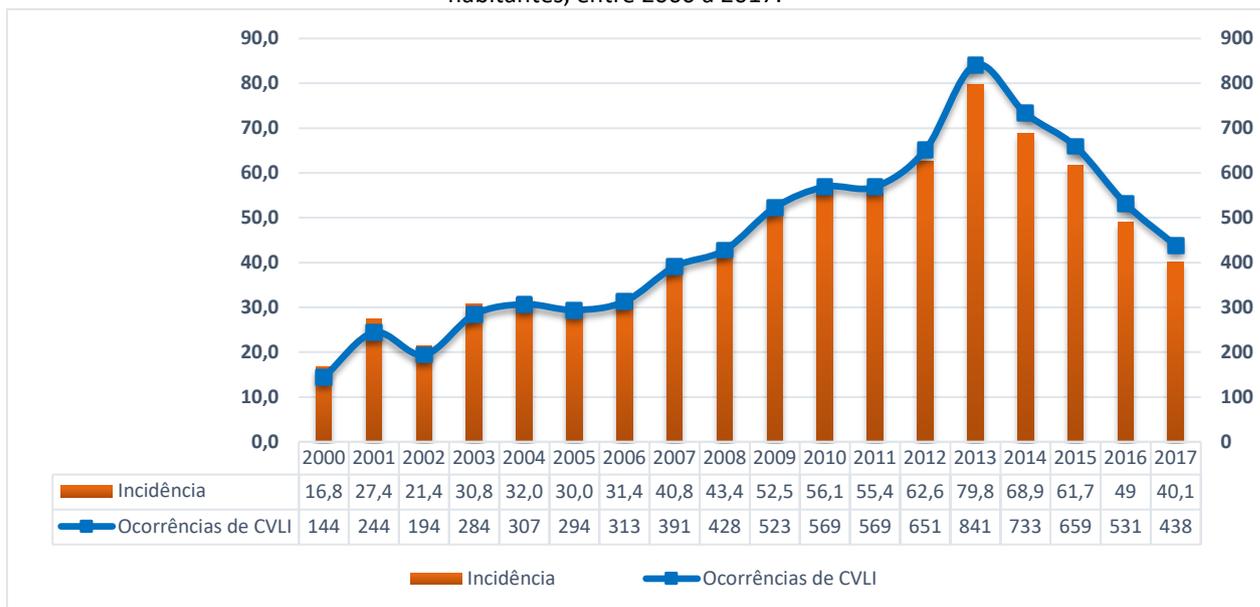
### **3. ANÁLISE ESPACIAL DOS CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS EM SÃO LUÍS**

Ao voltarmos o olhar para os crimes letais intencionais, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2016, a cada 9 (nove) minutos, 1 (uma) pessoa foi morta violentamente no Brasil, assim a sociedade brasileira permanece com o medo. Segundo a pesquisa do Data Folha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 76% dos brasileiros possuem medo de morrer e 85% têm medo de ser vítima de violência por parte de criminosos.

De tal modo, é sabido que a violência deve ser analisada por meio de diversas frentes, aspectos e contextos. Observa-se que o estado do Maranhão inserida em um contexto de altos níveis de exclusão social, que em suas várias acepções cria as condições para o permanente recrutamento de novos “soldados” para o crime.

Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o Maranhão registrou no período de 2014 a 2017 decréscimo nas taxas de mortes violentas intencionais (6,8%), homicídios (6,6%) e lesão corporal seguida de morte (74,7%). Entre esses resultados positivos no enfretamento e repressão ao crime, destaca-se as ocorrências de CVLI, que demonstram a associação positiva entre a grande concentração populacional e a centralização das riquezas do Estado. O município de São Luís, absorve aproximadamente 70% dos casos de violência da Ilha do Maranhão. Contudo, percebe-se que nos últimos 12 anos mudanças significativas foram registradas, como se visualiza no Gráfico 01.

Gráfico 01: Comparativo entre quantitativo de ocorrências e incidência de CVLI em São Luís por 100 mil habitantes, entre 2000 a 2017.



Fonte: DATASUS, 2015; SSP, 2018.

Observa-se que no período entre 2000 a 2005 em São Luís, registrou-se reduzida incidência de ocorrência de CVLI com relativa estabilidade. Contudo, a partir do ano de 2006 percebe-se um crescimento expressivo nas notificações, alcançando em 6 anos um aumento de 107% dos casos de CVLI.

Notadamente, consolida-se um período de crise na segurança pública do Maranhão com o colapso no sistema prisional. Uma série de eventos desencadeou um crescimento exponencial em 2012 com ápice em 2013, registrando em 2 anos elevação de aproximadamente 47% dos crimes violentos letais intencionais.

Após 10 anos de ampliação progressiva dos casos de CVLI, observa-se em 2015 consolidação na redução das ocorrências, seguindo tendência nacional. Enquanto no Brasil houve redução de 1,2%, em São Luís registrou-se diminuição de 10% dos casos de homicídios, latrocínios e outros, entre 2014 e 2015. Essa realidade se perpetuou, com redução de 25,6% em 2016 e 11% em 2017.

Como resultado, São Luís foi a única capital do nordeste brasileiro a deixar a lista das 50 cidades mais violentas do mundo em 2017. Esse resultado ocorreu em conjunto com as cidades brasileiras de Curitiba (PR) e Cuiabá (MT), que figuravam na lista em 2016, conforme a organização de sociedade civil mexicana de Segurança, Justiça e Paz, que faz o levantamento anualmente com base em taxas de homicídios por 100 mil habitantes. Contribuem para esse cenário, ações do Governo do Estado ligadas a ampliação do efetivo, requalificação de

estrutura, qualificação e valorização policial, alinhado à implementação de políticas públicas ligadas a infraestrutura (requalificação de vias na área urbana e rural, reformas de escolas, construção de moradias e de áreas de lazer), bem como a mediação de conflitos através da ampliação da regularização fundiária, ações afirmativas<sup>2</sup> e inclusão social.

Tais ações possibilitaram redução da incidência de CVLI, mesmo com aumento da população e dos fluxos migratórios na capital maranhense, provocado pelo avanço do processo de metropolização que se acelera nas últimas duas décadas. No entanto, quando se analisa os dados de violência em nível municipal, deve-se compreender que a incidência de casos não possui homogeneidade em São Luís, pois a concentração e dispersão dos casos são influenciados pelas singularidades locais. Isso demonstra a necessidade de se ampliar a escala, para que se tenha maior compreensão da dinâmica espacial da violência, tanto no ambiente urbano quanto no rural.

Desse modo, nota-se a importância de se analisar a dinâmica espaço-temporal das ocorrências de homicídios, latrocínio e lesão corporal seguida de morte em escala intra-urbana, as quais correspondem, respectivamente, a 91%, 5% e 4% do quantitativo de CVLI, em São Luís (Figura 02).

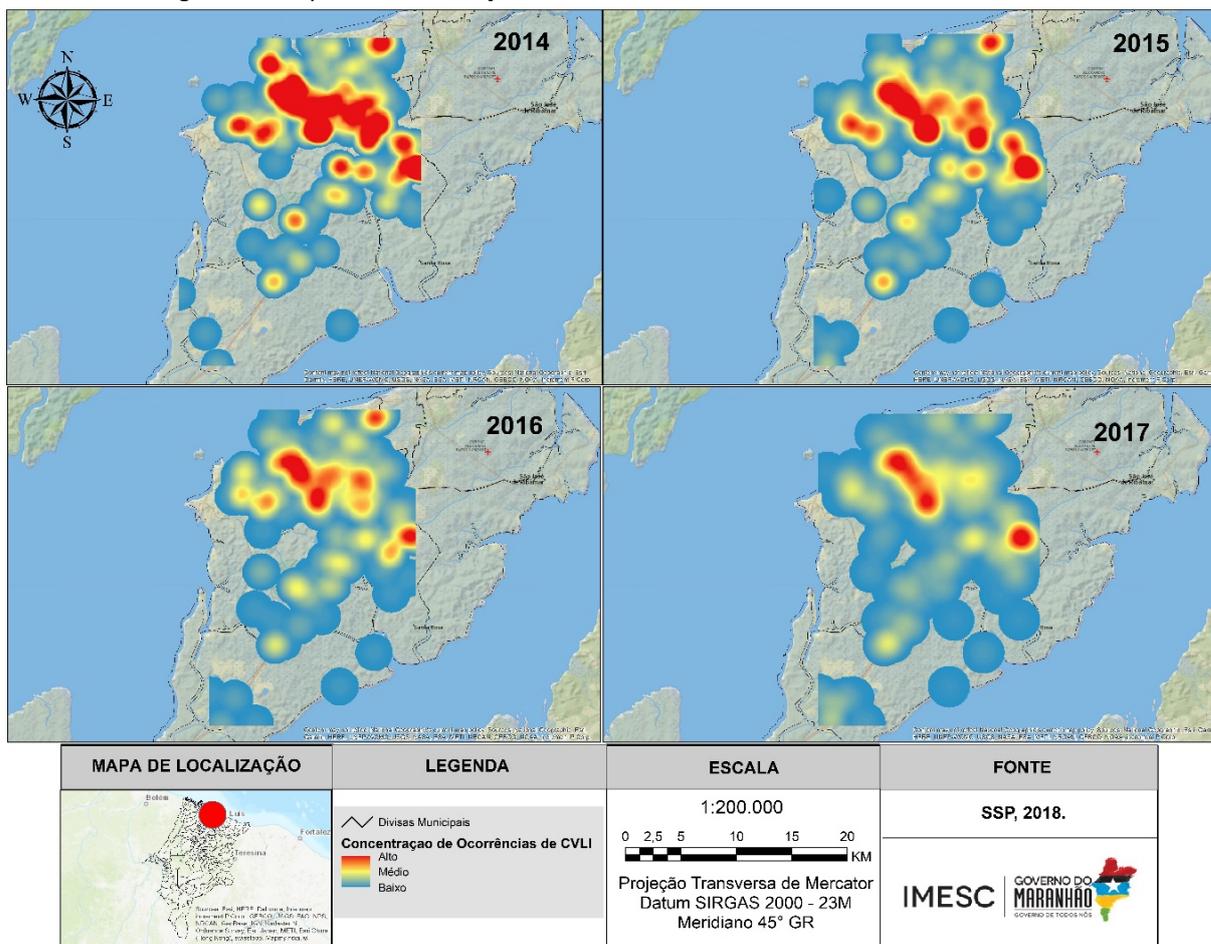
O mapa a seguir apresenta considerável dinâmica espacial das ocorrências na capital, onde mesmo com a redução considerável dos casos, é possível observar no período em destaque, a prevalência<sup>3</sup> de registros na área central do município. Em decorrência desse processo, observa-se a formação de 3 eixos que concentram os registros de CVLI. O primeiro, forma um vetor contínuo que abrange a região do Centro Histórico, passando pelos bairros da Liberdade, João Paulo, Coroadinho, Bairro de Fátima, até chegar na Cidade Operária, Vila Janaína e Cidade Olímpica. O segundo segue a BR-135, abrangendo os bairros circunvizinhos, como Maracanã, Rio Grande e Pedrinhas.

---

<sup>2</sup> Ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas pelo Estado e/ou pela iniciativa privada, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1996).

<sup>3</sup> A prevalência permite compreender o quanto é comum, a ocorrência de um fenômeno específico.

Figura 02: Mapa da concentração de casos de CVLI em São Luís entre 2014 e 2017.



Fonte: SSP, 2018.

O terceiro vetor identificado, forma-se acompanhando o avanço do setor imobiliários, com o avanço das ocorrências para a região limítrofe entre São Luís e São José de Ribamar, com destaque para os bairros do Turu, Olho d'Água e áreas circunvizinhas.

Por outro lado, nota-se reduzida concentração das ocorrências de CVLI nos bairros de classe média-alta integrados ao eixo Renascença – Calhau e na faixa próxima a zona litorânea, em destaque os bairros da Cohama, Cohafuma e Recanto dos Vinhais. Ao mesmo tempo, observa-se que a redução das ocorrências na capital maranhense ocorreu de forma abrangente, com destaque para regiões que anteriormente eram consideradas de extremo risco, como os bairros que compõem a área Itaqui-Bacanga (Tabela 01).

Tabela 01: Classificação dos bairros de São Luís por quantitativo entre os anos de 2013 a 2017.

2013		2014		2015		2016		2017	
BAIRROS	Class	BAIRROS	Class	BAIRROS	Class	BAIRROS	Class	BAIRROS	Class
Vila Embratel	1º	Cidade Olímpica	1º	Coroadinho	1º	Cidade Olímpica	1º	Cidade Olímpica	1º
Coroadinho	2º	Coroadinho	2º	Cidade Olímpica	2º	Bairro de Fátima	2º	Liberdade	2º
Cidade Olímpica	3º	Liberdade	3º	Bairro de Fátima	3º	Vila Embratel	3º	Coroadinho	3º
Liberdade	4º	São Francisco	4º	Centro	4º	Coroadinho	4º	Bairro de Fátima	4º
Centro	5º	Centro	5º	Cidade Operária	5º	Centro		Pedrinhas	5º
Bairro de Fátima	6º	Anil	6º	São Cristóvão	6º	Liberdade	6º	João Paulo	6º
São Francisco	7º	Bairro de Fátima	7º	S. Raimundo	7º	Divinéia	7º	Vila Embratel	7º
Vila Palmeira	8º	Forquilha	8º	Pedrinhas	8º	Vila Vitória	8º	Anjo da Guarda	8º
João de Deus	9º	Vila Palmeira	9º	Anjo da Guarda	9º	Maracanã	9º	Cidade Operária	9º
Anjo da Guarda	10º	Cidade Operária	10º	Vila Embratel	10º	Anjo da Guarda	10º	Vila Janaína	10º
Vila Isabel Cafeteira	11º	Vila Embratel	11º	Maracanã	11º	Monte Castelo	11º	Vila Samara	11º
Maracanã	12º	Vila Itamar	12º	V. Luizão	12º	Pedrinhas	12º	Vila Palmeira	12º
Barreto	13º	Anjo da Guarda	13º	V. Janaína	13º	Jardim Tropical	13º	São Raimundo	13º
Vila Maranhão	14º	São Bernardo	14º	S. e Mar	14	Vila Luizão	14º	Estiva	14º
São Raimundo	15º	São Raimundo	15º	Monte Castelo	15º	São Cristóvão	15	Olho d'Água	15

Fonte: SSP, 2018.

A tabela acima demonstra especificidades da dinâmica criminal, como no caso da Vila Embratel, que em 2013 e 2016, foi considerado como um dos bairros entre os maiores percentuais de ocorrências. Já em 2017, apresentou redução considerada no quantitativo de homicídios registrados, ocupando a posição 7º entre os bairros mais violentos.

Dinâmica semelhante ocorreu com o bairro da Liberdade, que em 2013 ocupava o 4º lugar e em 2014 o 3º entre os bairros com maiores registros de CVLI. Entretanto, em 2015, através das ações do Governo do Estado (PAC Rio Anil), houve a remoção de famílias que habitavam em palafitas à margem esquerda do Rio Anil localizadas nos bairros da Liberdade,

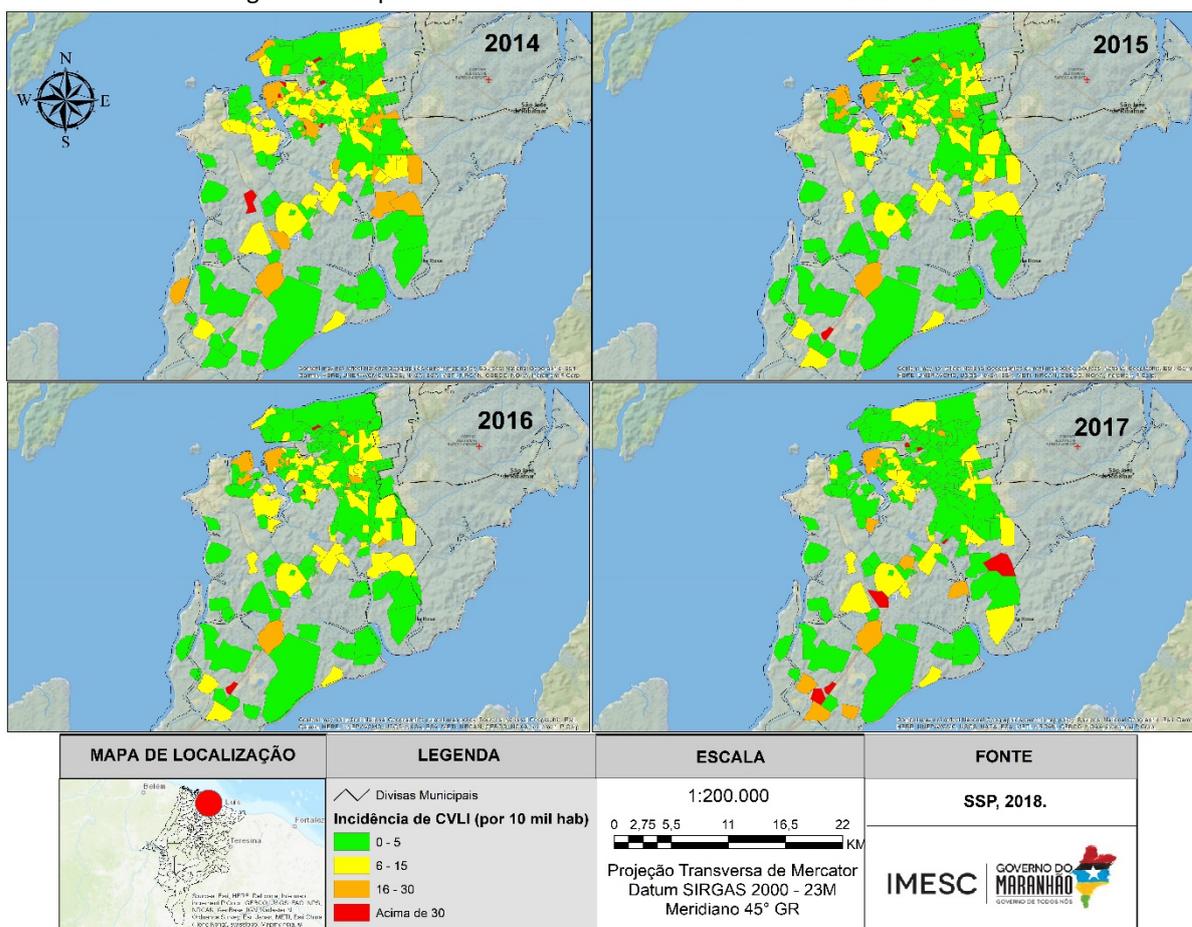
Camboa, Fé em Deus e Alemanha. Nestas localidades foram construídos, aproximadamente, 2.700 apartamentos, além da implementação de equipamentos públicos na região. Essas ações proporcionaram significativa redução da violência nas localidades circunvizinhas. Contudo, em 2017, o bairro da Liberdade volta a figurar na lista dos bairros com maiores registros de CVLI, ocupando a 2º posição. Segundo informações obtidas, isso foi resultado de disputas entre facções rivais por território no início do ano de 2017.

Conforme Kanh (2018), o poder das facções sobre os níveis de homicídio é assimétrico: elas têm pouca capacidade, principalmente em regiões populosas, para diminuir as taxas significativamente através de “regulação ou controle” em médio e longo prazo, no entanto podem sim elevar as taxas de homicídio, em áreas menos populosas. De acordo com o autor supracitado, a elevação é intensa (cerca de 28% de aumento, em média, durante os surtos de violência), contudo, temporária (surtos tem duração média de 7 meses) e passado algum tempo, os homicídios tendem a regredir para a média usual.

Em suma, os dados registrados apontam uma tendência a concentração do quantitativo de casos de CVLI em bairros na faixa central da área urbana, com grande contingente populacional e com baixos indicadores socioeconômicos. Entretanto, a grande dinâmica intra-urbana da capital maranhense, possibilita maior fluidez das ocorrências dos crimes letais e não letais, o que atinge de diversas formas os diferentes estratos populacionais.

Desse modo, para otimizar a compreensão desse processo, o presente relatório técnico analisa o risco de uma determinada parcela da população, ser vítima de um crime violento letal intencional, através da espacialização da incidência de CVLI por 10 mil habitantes para os bairros de São Luís, no período de 2014 a 2017. Estima-se, dessa forma, a probabilidade de um homicídio, latrocínio e lesão corporal seguido de morte, ocorrer com um indivíduo em uma determinada localidade e série temporal (Figura 03). O mapa a seguir demonstra a concentração de incidência de CVLI supracitada, considerando 4 classes (0 a 5, 6 a 15, 16 a 30 e acima de 30 casos por 10 mil habitantes).

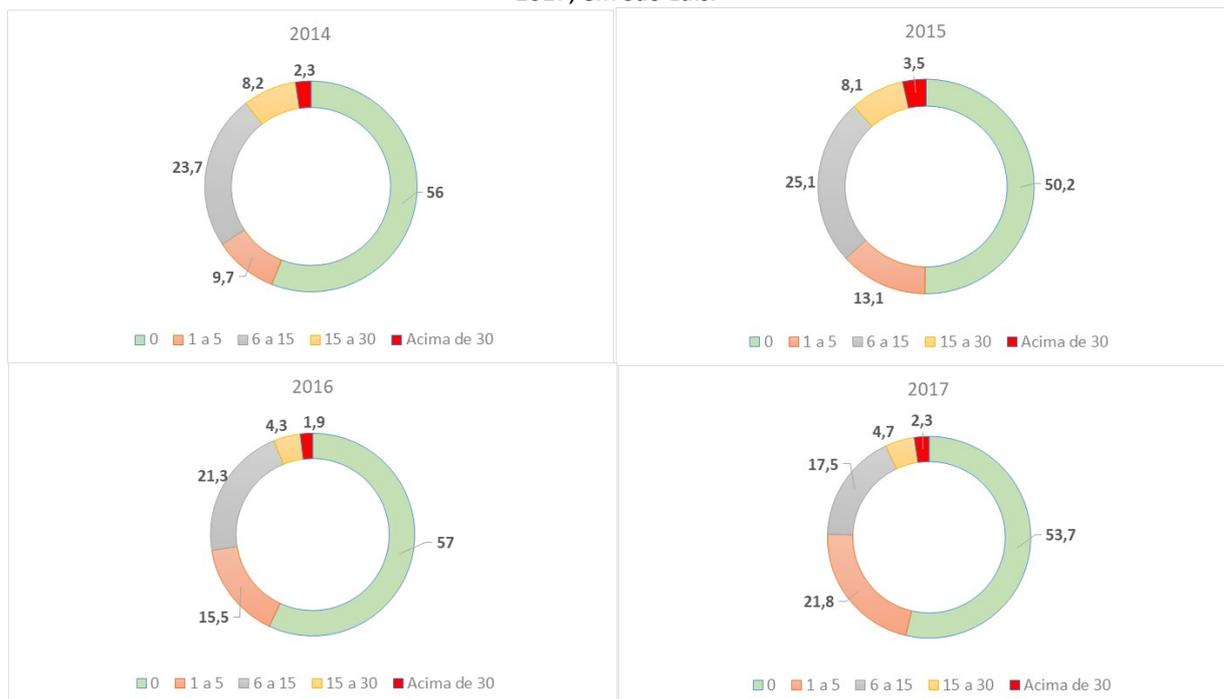
Figura 03: Mapa da incidência de CVLI em São Luís entre 2014 e 2017.



Como anteriormente frisado, percebe-se a consolidação da redução da incidência de CVLI em grande parte do município, contudo mesmo com uma série histórica reduzida, observa-se a migração das ocorrências para localidades, que anteriormente possuíam poucos registros ou mesmo estes não existiam.

Notadamente, esse fluxo transcorre em direção aos bairros localizados na zona rural do município. Essas localidades possuem características marcantes, como difícil acesso, baixos indicadores socioeconômicos e infraestrutura precária, bem como crescente contingente populacional registrado nos últimos anos, como resultado da migração impulsionada por instalação de empreendimentos federais e estaduais, com destaque para o Minha Casa Minha Vida. Entre estas localidades, pode-se citar os bairros da Andiroba, Igarauá, Maracanã, Inhauma e Estiva (Figura 04).

Figura 04: Gráficos do percentual de bairros com incidência (por 10 mil hab) de CVLI no período de 2014 a 2017, em São Luís.



No comparativo percentual dos bairros com incidência (por 10 mil habitantes) de CVLI, no período de 2014 a 2017, apresentado acima, observa-se que em média, aproximadamente, 2,5% dos bairros, possuem incidência de CVLI acima de 30 por 10 mil/hab, enquanto que 70% destes possuem incidência entre 0 e 5 por 10 mil/hab.

Nesse contexto, destaca-se a redução de 2,3 pontos percentuais - pp de bairros que não registram CVLI, enquanto houve aumento de 12,1ppc de localidades com incidência de 1 a 5 por 10 mil habitantes. Isso demonstra o espriamento dos casos, resultando no aumento do quantitativo de bairros com incidência de crimes violentos letais, com a concentração de casos em localidades específicas.

Respeitando as escalas, pode-se comparar a dinâmica intra-urbana identificada em São Luís, com o cenário evidenciado nas regiões Norte / Nordeste na última década. Segundo Kanh (2018), é possível identificar nas séries históricas tanto estes surtos provocados pela guerra de facções quanto outras tendências de longo prazo. Os homicídios em todo o Brasil cresceram significativamente nas cidades pequenas e médias, onde era relativamente fraca a presença do crime organizado. De acordo com o autor, em 1996, as áreas não metropolitanas concentravam 24% das mortes por agressão externa e, dez anos depois, passaram a concentrar metade das mortes.

O contexto das últimas décadas no Norte/Nordeste foi de crescimento acelerado e desorganizado, crescimento da renda e dos crimes patrimoniais, crescimento da insegurança subjetiva e das armas em circulação. O aumento da renda pode também ter aumentado o mercado de drogas e as disputas por ele. Este contexto afeta as taxas de homicídio tanto ou mais do que os surtos durante as brigas de facções, muitas delas de curta duração e limitadas ao interior dos presídios (KANH, 2018, P. 07).

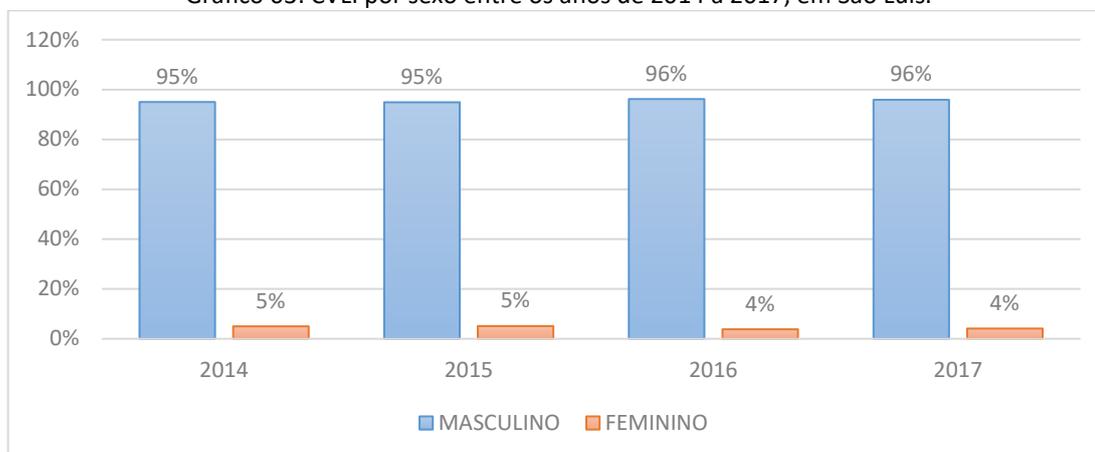
Esse processo de migração das ocorrências apresenta correlação com a ampliação das ações de repressão a violência, bem como nota-se relação intrínseca ao contexto social, faixa etária, gênero e outros.

### 3.1 Crimes Violentos Letais por Sexo

Especificamente a violência contra a mulher define-se como qualquer ato de violência de gênero que resulta, ou pode resultar, em dano físico, sexual ou psicológico, ou sofrimento para a mulher, segundo a Declaração para a Eliminação da Violência contra a Mulher, aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas de 1993.

Como apontam diversos estudos sobre o tema da violência letal, os homens morrem mais que as mulheres por diversos motivos. No entanto, observa-se como principal elemento que diferencia os sexos, as mortes por causas violentas ou causas externas, relacionadas ao crime e a conflitos armados. O município de São Luís, concentra cerca de 95% da incidência de CVLI no sexo masculino, enquanto apenas 5% foram registrados contra mulheres em 2014 e 2015. Já em 2016 e 2017, esse percentual reduz-se para cerca de 4% (Gráfico 03).

Gráfico 03: CVLI por sexo entre os anos de 2014 a 2017, em São Luís.



Fonte: SSP, 2018.

A incidência predominante de crimes violentos letais em homens na capital maranhense, segue uma perspectiva mundial, segundo o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Em relatório publicado em 2016, a United Nations Development Programme - UNDP indica que cerca de 80% das vítimas de homicídio em todo o mundo são homens, ao passo que 95% dos assassinos também são do sexo masculino, de acordo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC.

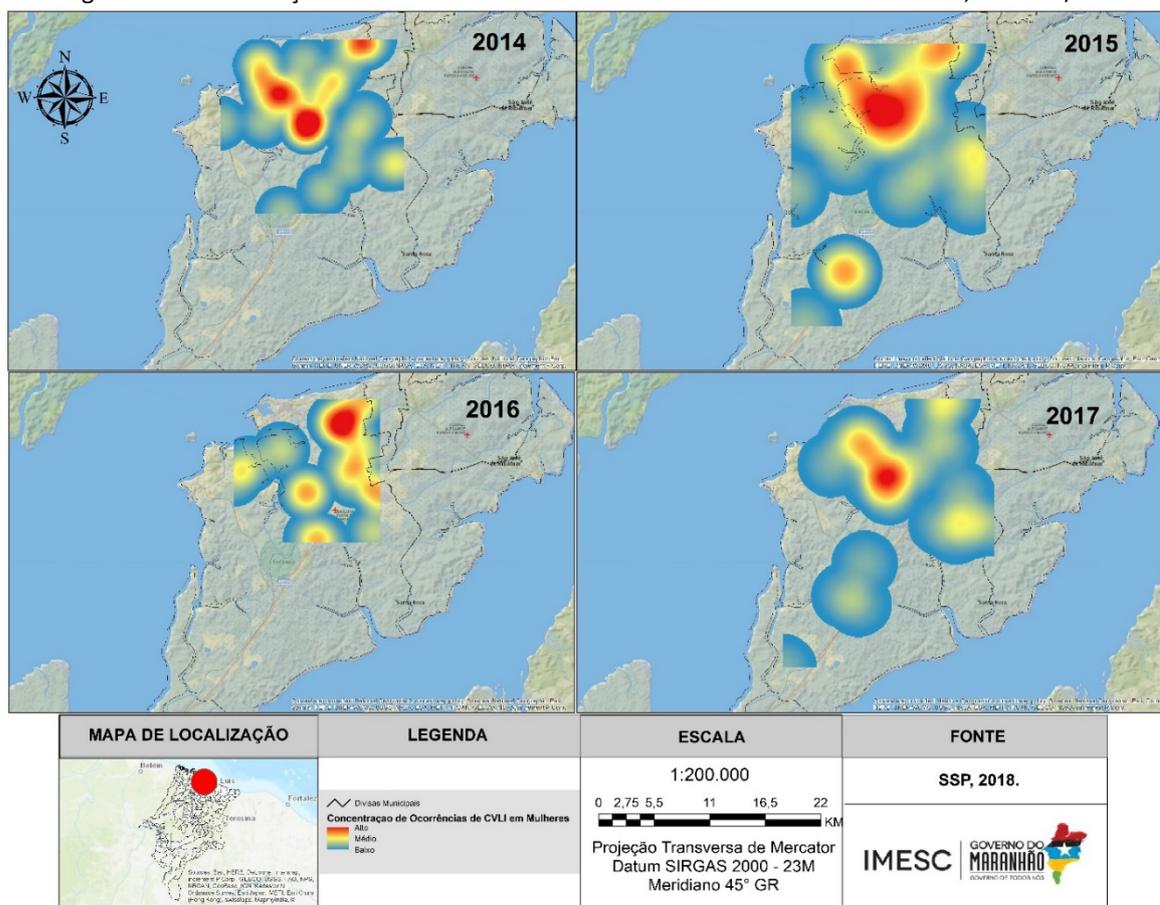
Os relatórios supracitados demonstram que, entre os aspectos que mais contribuem para esse cenário, está o consumo de álcool, drogas e o acesso à armas de fogo (instrumento responsável por quatro em cada dez homicídios em nível mundial), ao contrário do que ocorre com as mulheres, que em maioria utilizam principalmente armas brancas (facas e objetos cortantes). Outro aspecto a se considerar, é a maior tendência dos homens em participar de quadrilhas e atividades ligadas ao crime organizado.

Esses elementos citados, fazem com que o sexo masculino tenha uma maior probabilidade de ser vítima de homicídios por alguém que não conhecem, enquanto que quase metade de todas as mulheres mortas são vítimas de pessoas mais próximas a elas, ao mesmo tempo, percebe-se uma maior tendência dos homens em serem autores e vítimas (UNODC, 2014).

Em 2015, 4.621 mulheres foram assassinadas no Brasil, o que corresponde a uma taxa de 4,5 mortes para cada 100 mil mulheres. Mesmo que a taxa de homicídio de mulheres tenha crescido 7,5% entre 2005 e 2015, quando se analisa os anos mais recentes, verifica-se uma melhora gradual, tendo este indicador diminuído 2,8pp, entre 2010 e 2015, com uma queda de 5,3ppc apenas no último ano da série (IPEA, 2017).

Conforme o Atlas da Violência (2017), o padrão de evolução dos homicídios contra as mulheres segue diferentes direções entre as unidades federativas. No que tange a dinâmica espacial e temporal dos casos de CVLI, com vítimas mulheres entre 2014 e 2017 em São Luís, identifica-se a maior concentração dos casos na faixa central do município. Observa-se, nesse contexto a formação de vetores de ocorrências entre os bairros do São Francisco – Centro – Coroadinho e na região do Olho d'Água e Turu entre os anos de 2014 e 2016. Já em 2017, percebe-se redução da incidência nas localidades supracitadas, com dispersão dos casos em bairros na zona rural, como Rio Grande e Coqueiro (Figura 04).

Figura 04: Concentração de casos de CVLI com vítimas mulheres entre 2014 e 2017, São Luís/MA.

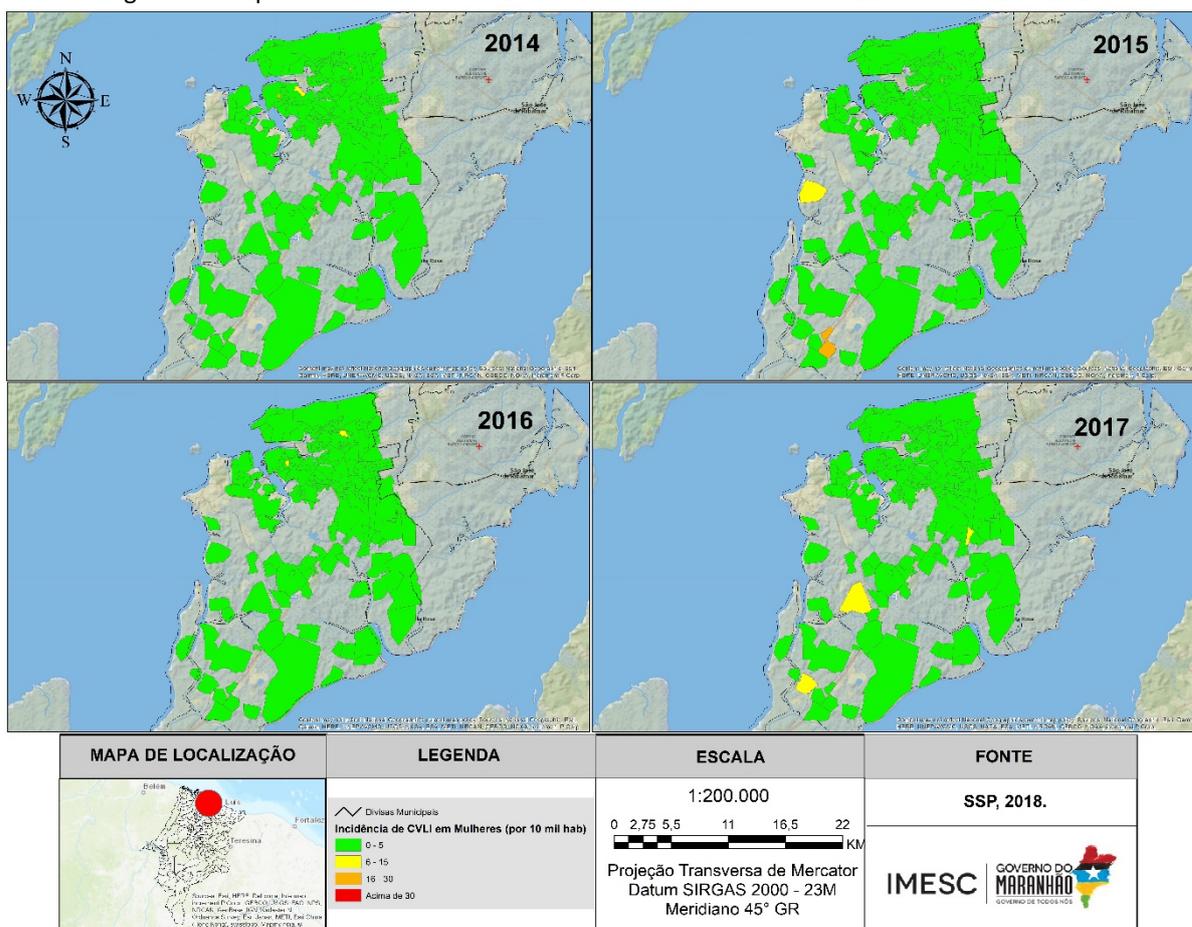


Fonte: SSP, 2018.

Ressalta-se a significativa ocorrência nos bairros do São Raimundo, São Francisco e no Renascença, com dispersão na faixa central e área da Cidade Operária, Santa Clara, Cidade Olímpica e Santa Rosa.

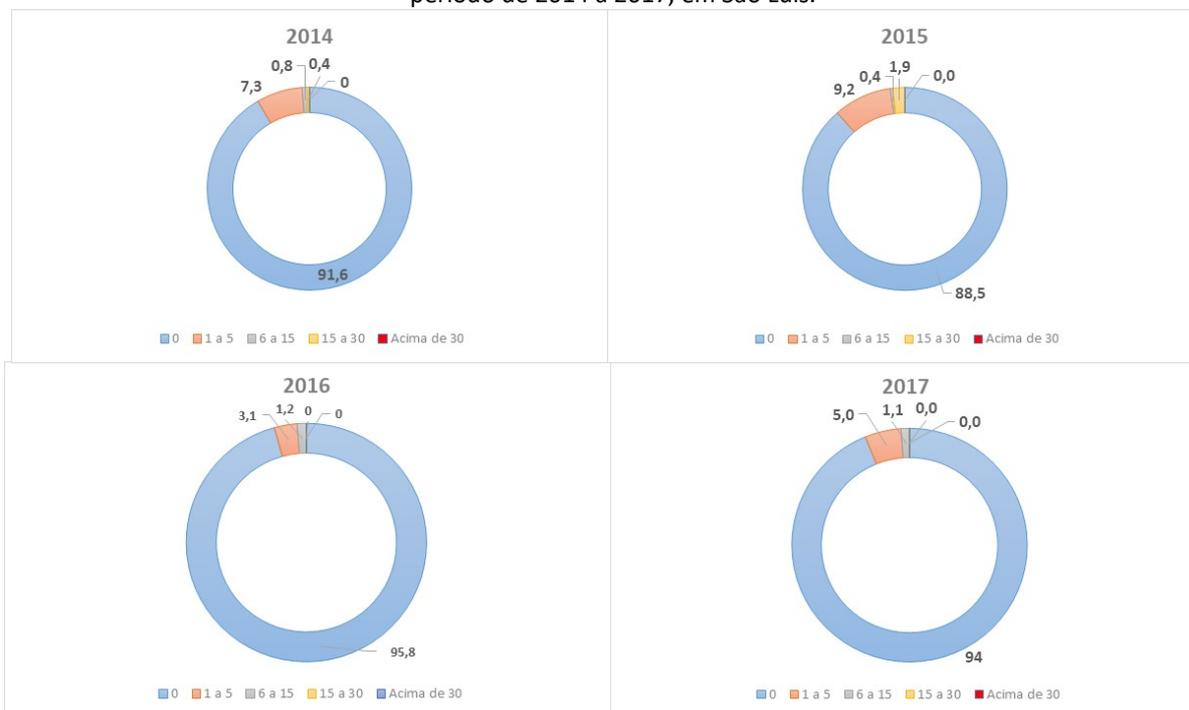
Relativo a incidência de CVLI com vítimas mulheres por 10 mil habitantes, registra-se em 2014 uma maior incidência em bairros na zona urbana (Apicum, Bairro de Fátima, Fé em Deus, Ipase, Centro, Fumacê e Monte Castelo), enquanto que em 2015 nota-se avanço para bairros localizados na zona rural (Cajueiro, Inhauma, Pedrinhas), mesmo com predominância de registros na área urbana como Vila União, Bairro de Fátima, São Raimundo, São Francisco e Vila Cruzado. Já em 2016 e 2017, destaca-se os bairros da Vila Passos, João Paulo, Coroadinho, Vila Cruzado, Vila Colier, Cruzeiro de Santa Bárbara e Diamante (Figura 05).

Figura 05: Mapa da incidência de CVLI com vítimas mulheres em São Luís entre 2014 e 2017.



Observa-se a concentração dos registros de CVLI com vítimas mulheres, somente em 7,5% dos bairros do município de São Luís (Figura 06). Esse tipo de violência não é apenas uma manifestação da desigualdade de gênero, ele contribui para a manutenção do desequilíbrio de poder entre homens e mulheres (UNICEF, 2017). Conforme o relatório do UNICEF registra-se com frequência casos que as mulheres não esboçam reações contrárias a essas situações, por medo de represálias do violentador ou humilhação diante da sociedade pela violência sofrida. Um estudo brasileiro mostrou que embora haja estupros com alto grau de violência em mulheres, parte das vítimas procuram auxílio médico, mas não reportam o crime para as autoridades (MELO et al., 2016). A situação desigual das mulheres reforça sua vulnerabilidade à violência, o que por sua vez, alimenta a violência perpetrada contra elas.

Figura 06: Gráficos do percentual de bairros com incidência (por 10 mil/hab) de CVLI com vítimas mulheres no período de 2014 a 2017, em São Luís.



Ressalta-se que os crimes de feminicídio no presente relatório ainda não constam nos dados consolidados por se tratar de uma modalidade recentemente tipificada (Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015), o que não permite o tratamento de dados para as bases de um estudo comparativo no período de referência do estudo (2014 a 2017). Entretanto, destaca-se que segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2017), foram registrados 50 feminicídios no Maranhão no ano de 2017, sendo que destes 14% se concentraram em São Luís, o que se constitui como um número significativo em virtude da especificidade desta modalidade de crime.

### 3.2 Crimes Violentos Letais por Faixa Etária

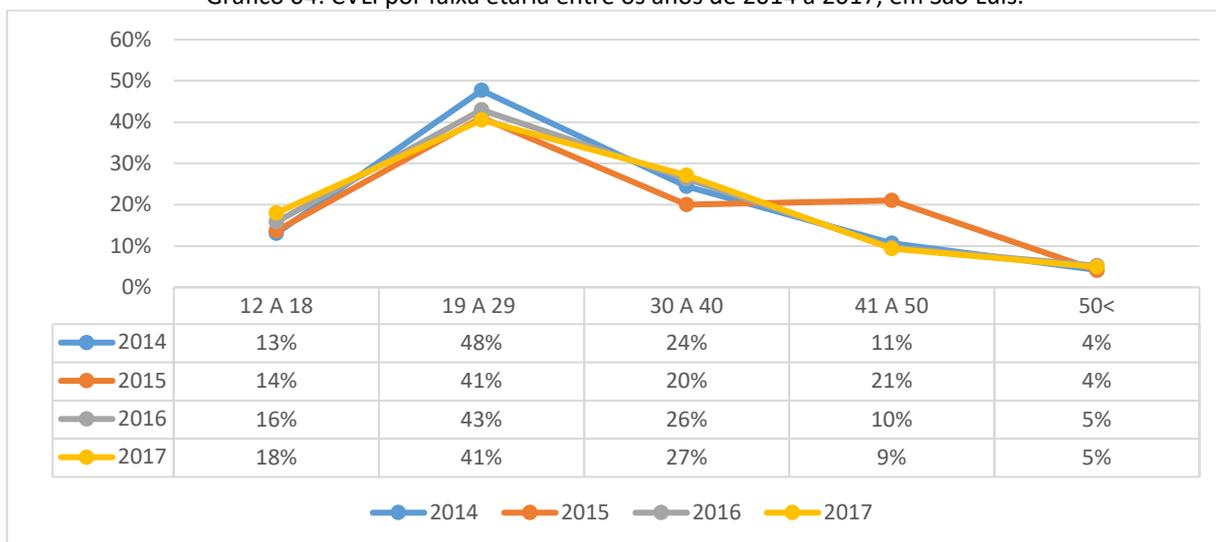
Segundo a UNICEF (2017), a cada sete minutos, uma criança ou adolescente é assassinada em algum lugar do mundo. Em 2015, aproximadamente 82 mil crianças e adolescentes entre 10 e 19 anos foram vítimas de homicídios, por conflitos armados ou violência coletiva. Desses óbitos, cerca de 30% foram registrados na América Latina e no Caribe, alcançando taxa de incidência de 22 homicídios a cada 100 mil habitantes.

De acordo com o Diagnóstico dos Homicídios no Brasil, este tipo de violência tem sido considerado como eventos marcados pelo contexto social, originário de conflitos diversos

(COSTA et al., 2017). De acordo com o IPEA (2017), entre 2005 e 2015, nada menos do que 318 mil jovens foram assassinados no país. Somente no ano de 2015, 60,9 indivíduos para cada grupo de 100 mil jovens entre 15 e 29, foram mortos, se considerarmos apenas a juventude masculina, este indicador aumenta para 113,6. A participação do homicídio como causa de mortalidade da juventude masculina entre 15 a 29 anos de idade, correspondeu a 47,8% do total de óbitos (53,8% se considerarmos apenas os homens entre 15 a 19 anos).

Superando a média nacional entre 2014 e 2017, a capital maranhense registrou cerca de 57% das ocorrências de CVLI com vítimas na faixa etária entre 12 a 29 anos (Gráfico 04 e Figura 06).

Gráfico 04: CVLI por faixa etária entre os anos de 2014 a 2017, em São Luís.



Fonte: SSP, 2018.

Apesar da redução de, aproximadamente, 43% de crimes violentos letais com vítimas jovens no mesmo período, registra-se um aumento de 5pp das ocorrências na faixa etária de 12 a 18 anos na série histórica analisada, enquanto houve redução de 7pp na faixa etária de 19 a 29 anos. A partir da especialização das ocorrências de CVLI com vítimas entre 2014 e 2017 em São Luís, demonstrada na figura 07 a seguir, identifica-se a concentração dos casos na faixa central do município e o processo de dispersão dos casos para a zona rural.

Figura 06: Concentração de CVLI em jovens (12 a 29 anos) entre 2014 e 2017, São Luís/MA.

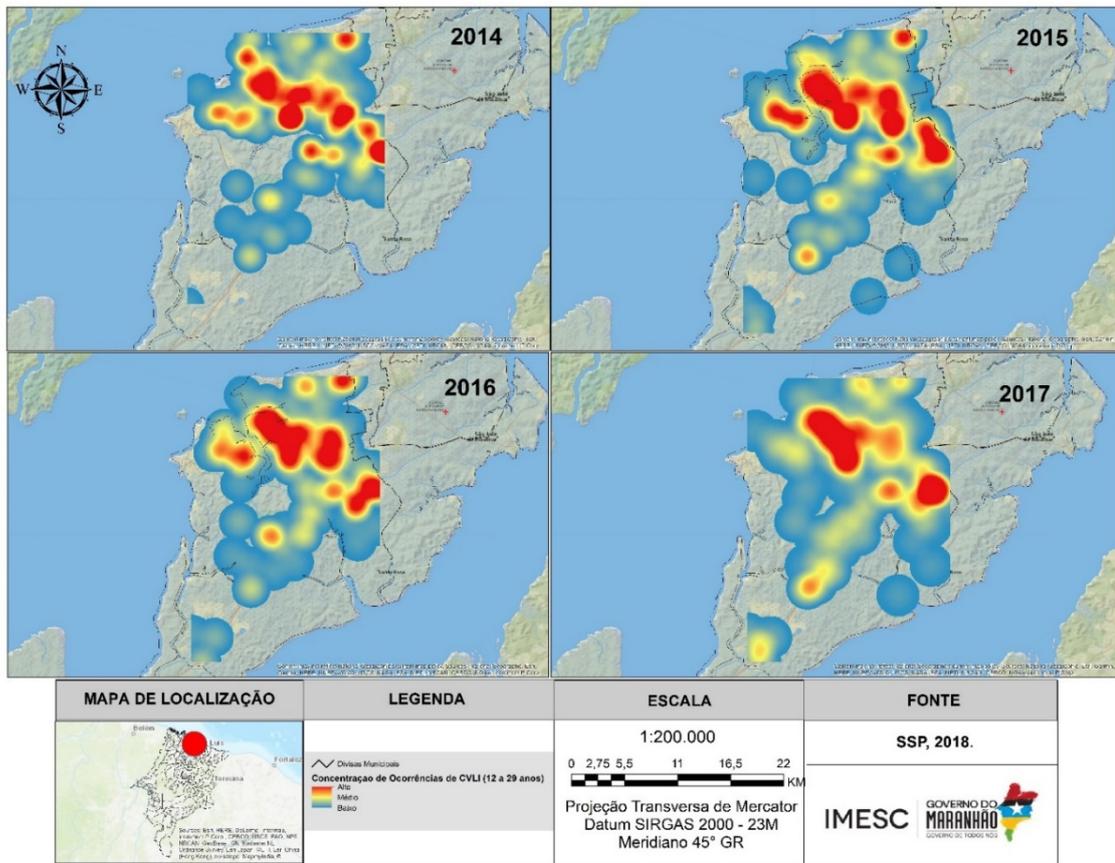
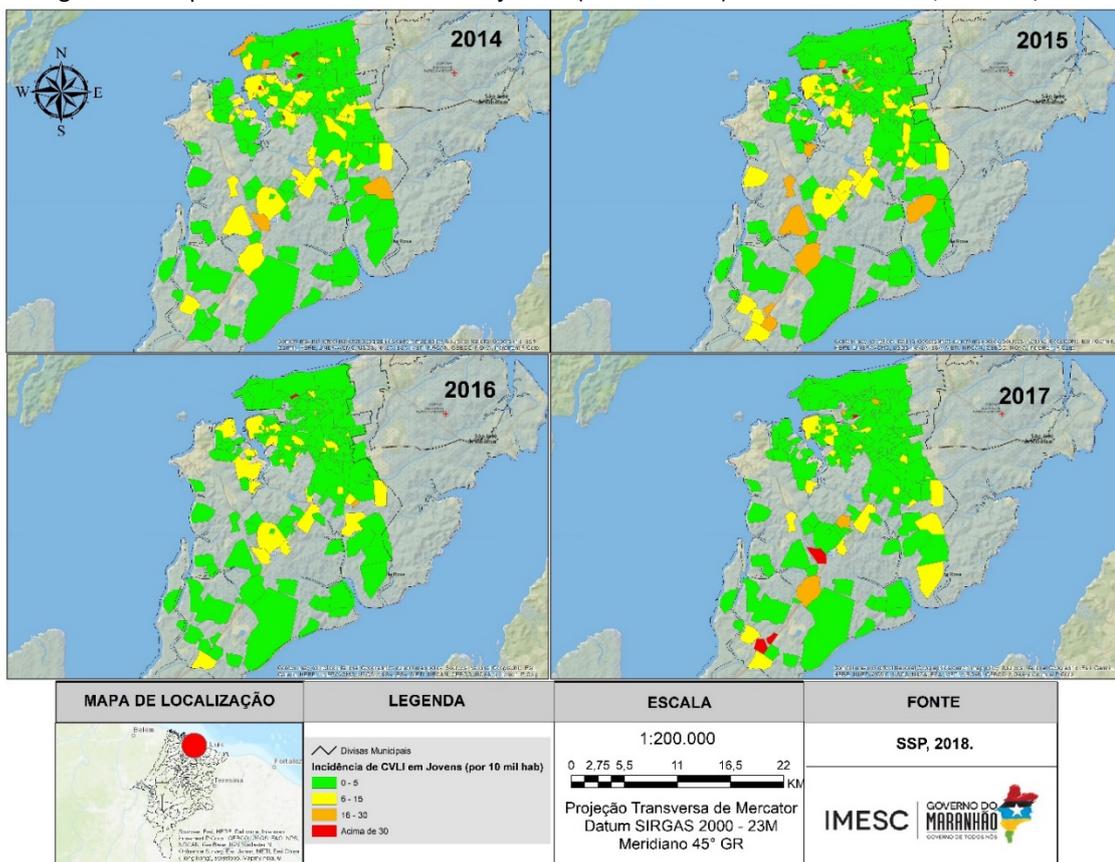


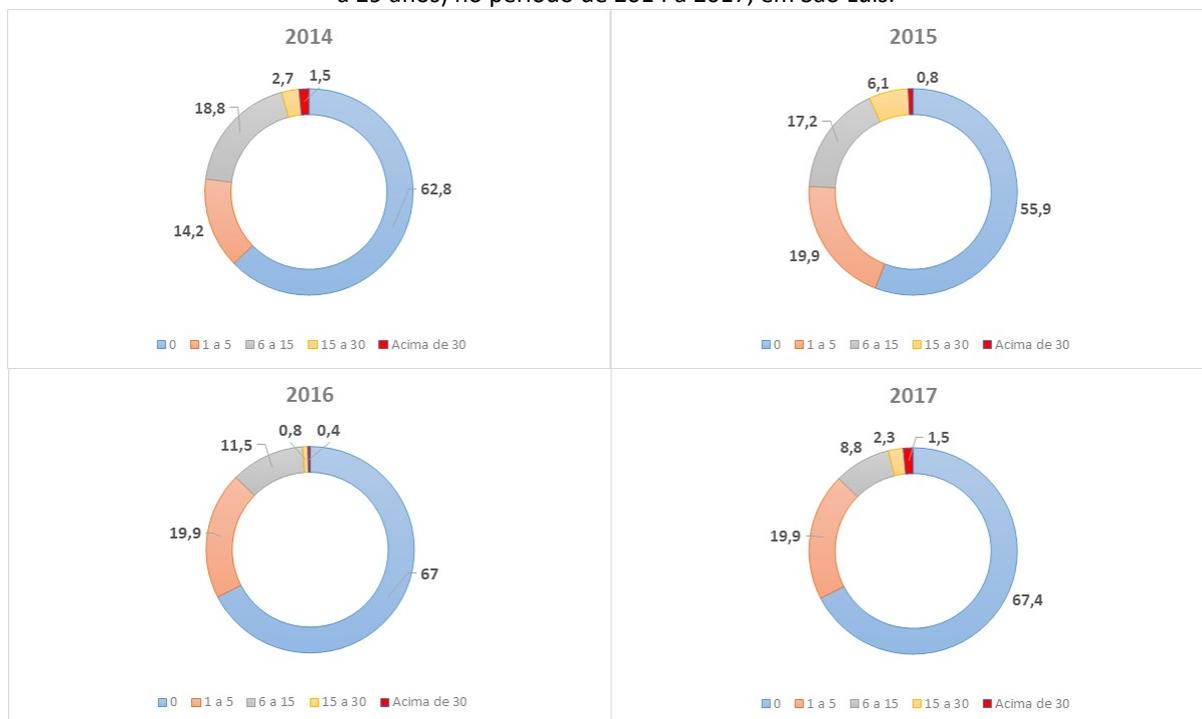
Figura 07: Mapa da incidência de CVLI em jovens (12 a 29 anos) entre 2014 e 2017, São Luís/MA.



Nota-se a redução dos casos na região do Anil, Área Itaqui Bacanga e Olho D' Agua, ao passo que a maior parcela das ocorrências passa a se concentrar no eixo que interliga o Centro Histórico - Coroadinho e na Cidade Olímpica. Outro vetor de ocorrências localiza-se nos bairros adjacentes a BR-135 (Rio Grande, Pedrinhas e Estiva). Entre os bairros supracitados, destaca-se o aumento da incidência de CVLI com vítimas jovens no bairro da Cidade Olímpica, que em 2014 representava 60% das ocorrências do total de crimes violentos letais na região, já em 2017 passaram a representar cerca de 70% dos casos. Entre os bairros que obtiveram maior percentual de jovens vítimas de CVLI, estão o Bairro de Fátima (83%) e Rio Grande (72%).

No comparativo percentual dos bairros com incidência de CVLI com vítimas jovens no período de 2014 a 2017, observa-se que em média somente 1% dos bairros possuem incidência de CVLI acima de 30 por 10 mil/hab, enquanto que cerca de 67% destes não registraram incidência em 2017 (Figura 08).

Figura 08: Gráficos do comparativo percentual de bairros com incidência (por 10 mil hab) de CVLI em jovens (12 a 29 anos) no período de 2014 a 2017, em São Luís.



Observando o cenário acima relatado, torna-se imperativo destacar que a dinâmica da violência letal contra jovens (considerando-os como vítimas e/ou autores) apresenta um

quadro bastante heterogêneo, com uma tendência em escala nacional, que coloca os jovens mais como vítimas do que como autores de homicídios. No Maranhão, essa perspectiva é corroborada através dos dados fornecidos pela Polícia Civil do Brasil (2016), demonstrando que apenas 1,2% dos casos de CVLI são contabilizados para menores infratores na faixa de 12 a 17 anos, enquanto que o mesmo ocorre em nível nacional, onde identifica-se o percentual de 10,7% de adolescentes como autores de homicídios.

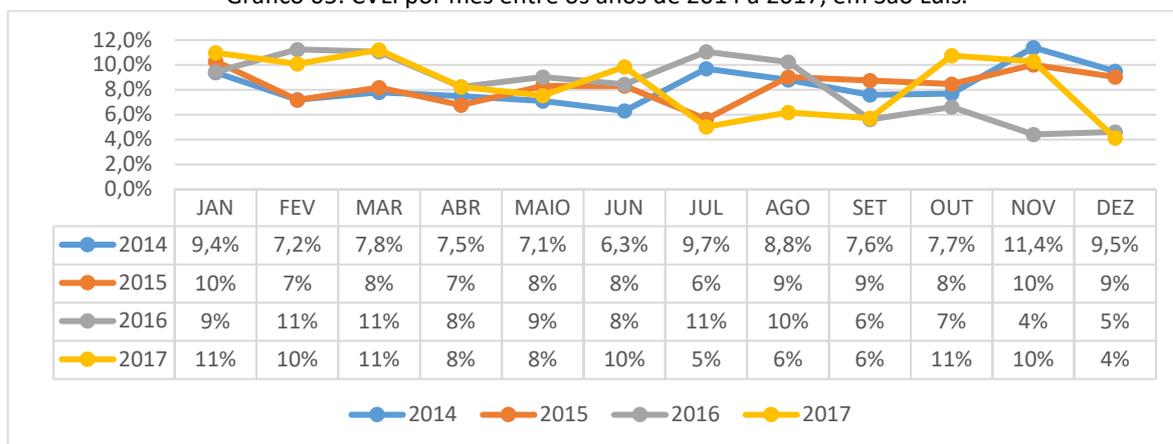
Os dados acima demonstram que é preciso avançar para além do senso comum da criminalização dos jovens, entendendo que tal discussão perpassa por uma série de questões inerentes aos problemas urbanos que vivenciamos. O drama da juventude perdida possui duas faces. De um lado, a perda de vidas humanas e, do outro lado, a falta de oportunidades educacionais e laborais que condenam os jovens a uma vida de restrição material e de anomia social, que terminam por impulsionar a criminalidade violenta (IPEA, 2017).

Essa perspectiva é reforçada, quando se observa o aumento da violência mesmo com a ampliação das prisões e conseqüentemente da população carcerária. Especificamente entre os jovens no Brasil, nota-se o crescimento de cerca de 443% entre 1996 e 2013, de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas privativas (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014). Como estrato dessa realidade, segundo dados obtidos pela Secretária Estadual de Administração Penitenciária - SEAP (2018), o perfil da população carcerária do Maranhão registra que 70% dos presidiários possuem entre 18 e 29 anos, de cor parda/preta, com escolaridade até o ensino fundamental e são solteiros.

### **3.3 Dinâmica espacial dos Crimes Violentos Letais (Data e Horário)**

A dinâmica de ocorrências por mês entre 2014 e 2017, apresenta grande influência sazonal na incidência dos crimes violentos, com alterações consideráveis dos registros de CVLI em diferentes períodos do ano (Gráfico 05). Identifica-se que entre 2014 e 2015, em média 53% dos casos concentravam-se no 2º semestre do ano. Já entre 2016 e 2017, essa situação se alterou, com o aumento de 10 pp no 1º semestre, isso propiciou uma inversão fazendo com que os 6 primeiros meses do ano passassem a concentrar 57% dos registros.

Gráfico 05: CVLI por mês entre os anos de 2014 a 2017, em São Luís.

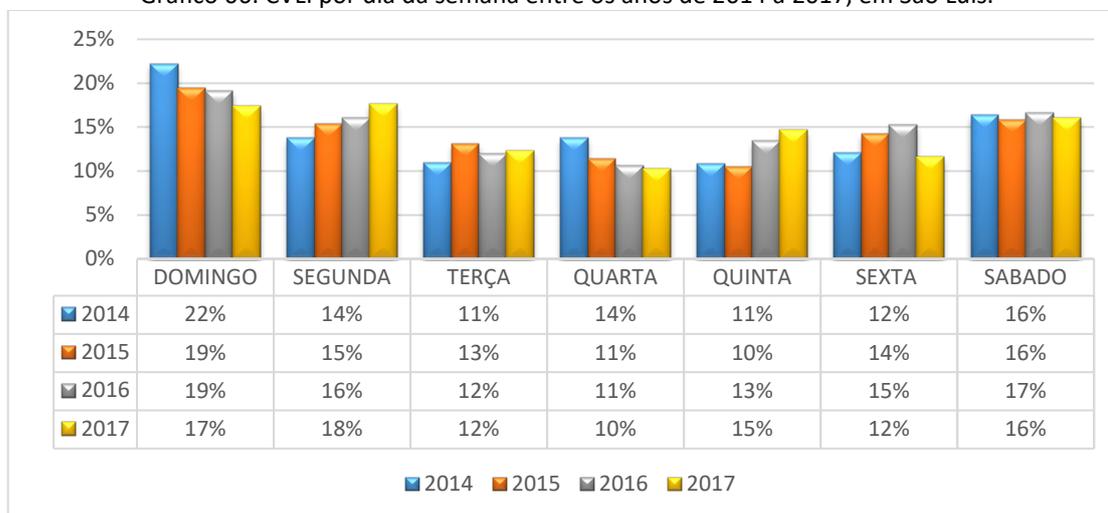


Fonte: SSP, 2018.

O 1º trimestre do ano, destaca-se por concentrar mais de 1/3 das ocorrências entre 2016 e 2017, como resultado do aumento de cerca de 7pp e redução de 9,8pp no 3º trimestre. Nesse processo, observa-se crescimento de 1,6pp no mês de janeiro, enquanto que foi registrado diminuição de 5,5pp em dezembro. Esse panorama demonstra a grande influência das festividades de início e fim do ano, férias escolares e carnaval nas ocorrências de CVLI.

Referente aos casos de CVLI por dia da semana, observa-se que em média 1/3 dos casos ocorrem entre o sábado e o domingo, com menor incidência nas quartas-feira (Gráfico 06). Entretanto, identifica-se elevação das ocorrências da ordem de 4pp nas quintas-feira e nas segundas-feira de 4pp. Ressalta-se que a segunda-feira, concentrou cerca de 18% dos casos de CVLI registrado em 2017, passando a ser considerado o dia da semana com maior quantitativo de registros.

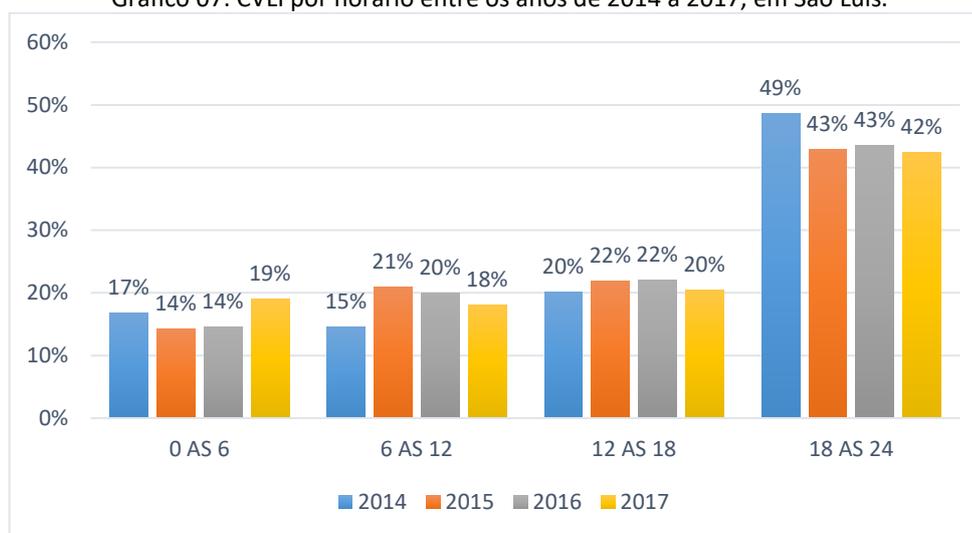
Gráfico 06: CVLI por dia da semana entre os anos de 2014 a 2017, em São Luís.



Fonte: SSP, 2018.

Esse cenário apresenta correlação direta com a ocorrência de CVLI por horário, considerando que se identifica ampliação de 2pp destes tipos de crimes entre às 0h e 6h da manhã. Essa elevação dos casos no período, pode está influenciando o aumentos de registros na segunda-feira, tendo em vista que houve redução de 7ppc das ocorrências entre as 18h e 24h, mesmo ainda concentrando, aproximadamente, 42% dos registros de crimes violentos letais (Gráfico 07).

Gráfico 07: CVLI por horário entre os anos de 2014 a 2017, em São Luís.



Fonte: SSP, 2018.

#### 4. ANÁLISE ESPACIAL DOS CRIMES VIOLENTOS NÃO LETAIS INTENCIONAIS EM SÃO LUÍS

Com o intuito de ampliar a compreensão sobre a dinâmica da violência na capital maranhense, complementa-se a análise do presente relatório, através da análise da dinâmica espacial dos Crimes Violentos Não Letais – CVNLI, composto por ocorrências de roubo, lesão corporal e estupro. Ressalta-se que estas ocorrências contabilizam, respectivamente, 74,3%, 24% e 1,7%, dos casos de CVNLI em São Luís. Abaixo, segue-se a descrição de como estes crimes estão tipificados dentro do Código Penal Brasileiro.

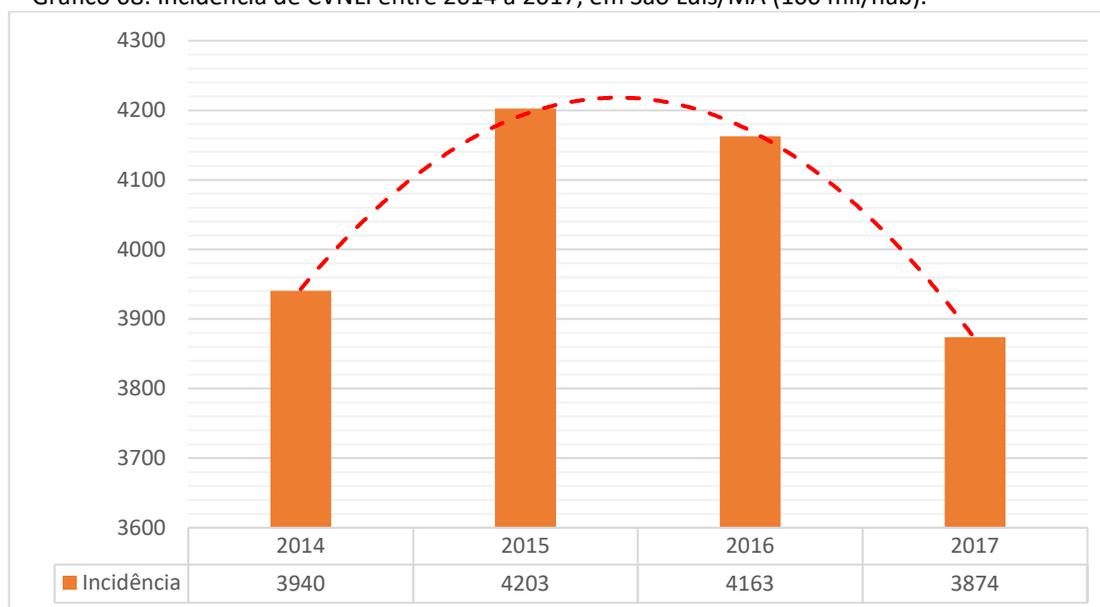
De acordo com Rogério Sanches (2017), o objeto jurídico do crime de lesão corporal é a integridade da pessoa, tendo como escopo proteger a saúde corporal, mental, física e sentimental do indivíduo. Neste sentido, a lesão corporal é dividida e penalizada considerando o seu grau de intensidade. Tem-se no Código Penal a seguinte divisão de lesão corporal: a) leve (*caput*); b) grave (§ 1º); c) gravíssima (§ 2º); d) seguida de morte (§3º). No mais, a lesão pode ser: a) dolosa simples (*caput*); b) dolosa qualificada (§§ 1º e § 3º); c) dolosa privilegiada (§§ 4º e 5º); d) culposa (§6º).

O crime roubo está tipificado no artigo 157, *caput*, do CP, da seguinte maneira: “Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.”

E o crime de estupro, recebe a seguinte redação, em seu *caput*: “art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.” Cita-se também o estupro de vulnerável tipificado, no art. 217-A, *caput*, do CP: “ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos”.

A ocorrência destes crimes na capital maranhense, apresenta entre 2014 e 2017, uma redução de 1,6% na incidência de registros de CVNLI. No ano de 2014, foram registrados 3.940 casos por 100 mil/hab. No ano seguinte, houve aumento de 6,6%, com posterior diminuição em 2016 e em 2017, que registrou incidência de 3.874 ocorrências por 100 mil /hab, como demonstra o gráfico 08 a seguir.

Gráfico 08: Incidência de CVNLI entre 2014 a 2017, em São Luís/MA (100 mil/hab).



Ressalta-se que o aumento de CVNLI em 2015, foi influenciada pela elevação de 15% nas ocorrências de roubo no presente ano. Enquanto que, entre 2016 e 2017, registra-se redução de 7,5% em roubos, 12,3% de estupro e 1% de lesão corporal (Figura 09).

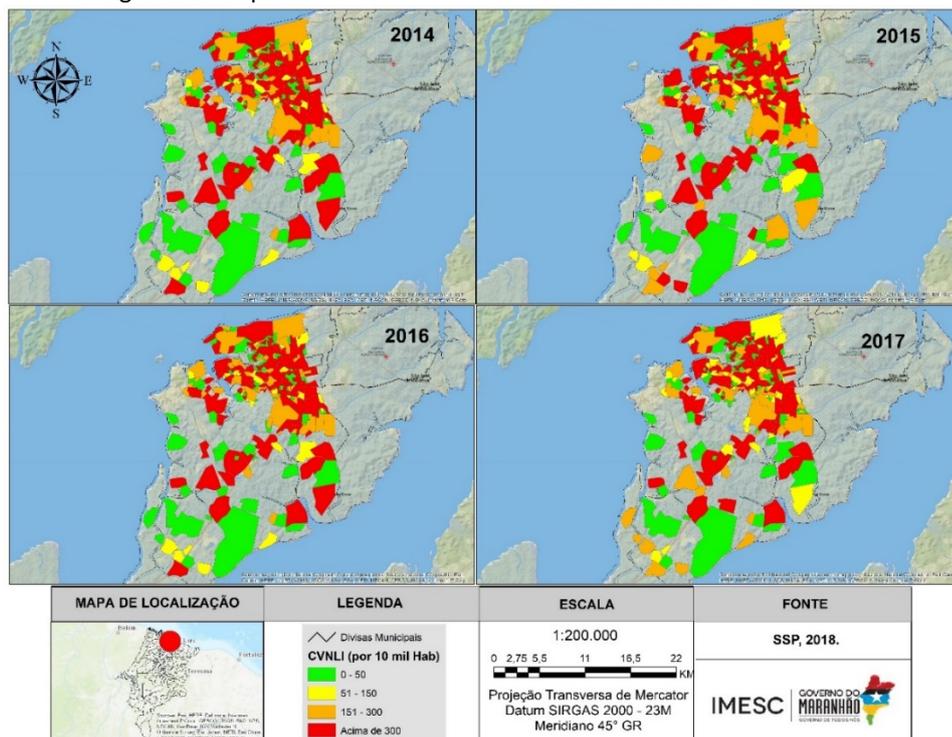
Figura 09: Quantitativos de ocorrências por tipo de CVNLI entre 2014 a 2017, São Luís/MA.



Fonte: SSP, 2018.

Através da espacialização da incidência de CVNLI por 10 mil habitantes para os bairros de São Luís, no período de 2014 a 2017, estima-se dessa forma a probabilidade de um crime violento não letal intencional ocorrer com um indivíduo em uma determinada localidade e série temporal, considerando 4 classes (0 a 50; 51 a 150; 151 a 300 e acima de 300 casos por 10 mil habitantes (Figura 10).

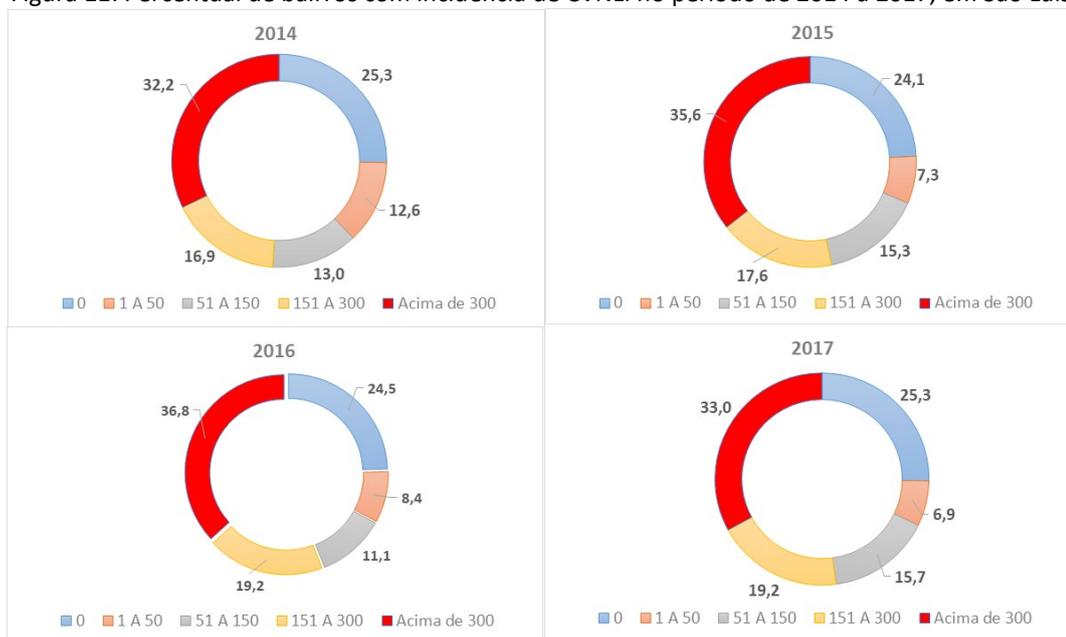
Figura 10: Mapa da incidência de CVNLI em São Luís entre 2014 e 2017.



O mapa anterior demonstra que mesmo com a redução da incidência de CVNLI, alcançada nos últimos 3 anos, permanece a grande dispersão dos crimes não letais em São Luís. Ressalta-se que os bairros que mais registram CVNLI, localizam-se redes e centros comerciais (*shopping*, lojas, supermercados, bares e restaurantes), bem como equipamentos privados e públicos que originam constante fluxo de pessoas para região. Isso amplia as possibilidades de novas ocorrências, ligadas a assaltos de pessoas e estabelecimentos comerciais. Destaca-se entres estes, bairros como o Centro (Deodoro e Rua Grande) e Cidade Operária (região circunvizinha a feira do bairro), que contabilizaram 14,4% dos registros de CVNLI na capital em 2017.

Considerando a série histórica em análise, observa-se que em média, aproximadamente, 24,9% dos bairros em São Luís não registram ocorrências de CVNLI, enquanto que 34,4% destes possuem incidência acima de 300 casos por 10 mil/hab (Figura 11).

Figura 11: Percentual de bairros com incidência de CVNLI no período de 2014 a 2017, em São Luís.

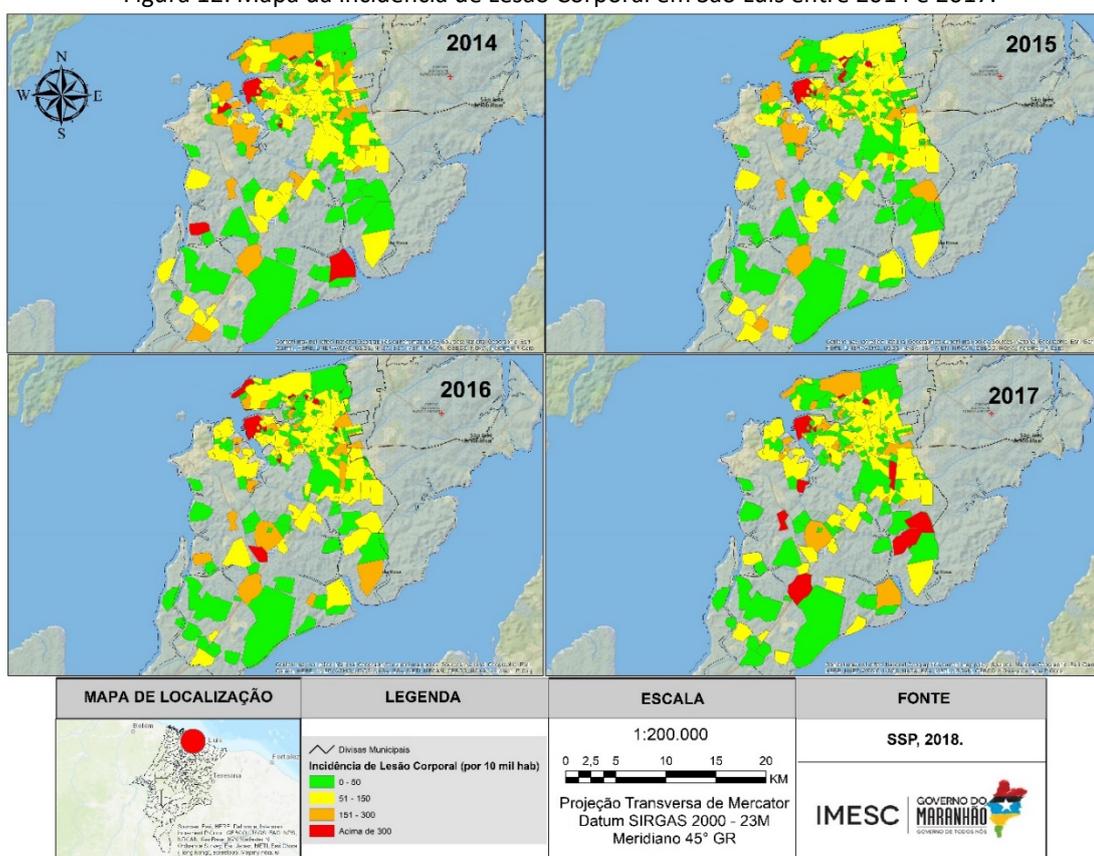


Entre os bairros que registraram redução de CVNLI entre 2014 e 2017, destaca-se o Jardim São Cristóvão (66%), São Francisco (65%), Anjo da Guarda (56%), Turú (44%), Renascença (38%), Vila Embratel (36%), Cohatrac I (27%), Cidade Operária (24,9%), Liberdade (20%), Cohab Anil (18,3%), Centro (13%), Olho D' água (11,6%). Já entre os bairros que registraram crescimento de CVNLI no mesmo período, estão Conjunto Habitacional Turu (76%), Pedrinhas (44%), Angelim (43%), Bequimão (37%) Vicente Fialho (31%), Coroadinho

(27,8%), Recanto dos Vinhais (17,3%), Anil (15%), Monte Castelo (9,6%), Cidade Olímpica (9,2%), Cohatrac IV (8,4%) e Calhau (5%).

Registra-se que os casos de lesão corporal, representam 24% das ocorrências entre os crimes violentos não letais intencionais no município de São Luís. Observa-se, em 2014, que os casos de lesão corporal registravam incidência de 1.051 casos por 100 mil/hab, enquanto que em 2017 houve redução de 11,6% dos registros, alcançando incidência de 929 casos por 100 mil habitantes na capital maranhense no ano de 2017 (Figura 12).

Figura 12: Mapa da incidência de Lesão Corporal em São Luís entre 2014 e 2017.



O mapa apresenta a dispersão dos casos de lesão corporal. Entre os bairros que registraram incidência superior a 300 casos por 10 mil habitantes em 2017, na zona urbana, estão o Gapara, Centro, Jardim São Cristóvão e Vinhais. Nesta região, destaca-se o crescimento da incidência nos bairros entre o Renascença – Calhau. Já na área rural do município, percebe-se ampliação da incidência dos casos nos bairros da Vila Maranhão, Maracanã e Andiroba. Por outro lado, identifica-se redução da incidência nos bairros da Vila Embratel, Anjo da Guarda, Alto da Esperança, Ponta D' areia e na região do Olho d'Água e Turu.

A realidade e os dados estatísticos demonstram que ainda hoje um considerável percentual das lesões corporais registrados ocorrem no ambiente doméstico ou no contexto das relações interpessoais dos grupos familiares. Da mesma forma, é certo que nestes grupos sociais existem parcelas da população que historicamente sofreram e continuam sofrendo abusos (mulheres, crianças, adolescentes e idosos) (ROSA, 2014). Corroborando com essa perspectiva em São Luís, nota-se aumento de 4pp dos casos de lesão corporal em jovens que possuem 12 a 18 anos e de 15ppcentre mulheres com 19 e 29 anos.

Nesse cenário, devemos considerar que, em muitos casos, a prática de violência, que pode culminar na lesão corporal, é resultante muitas vezes da conduta de violência física e psicológica que acabam por permanecer oculta pelos autores e vítimas em prol da manutenção da relação familiar, onde o autor possa se valer ou se aproveitar das circunstâncias inerentes à relação familiar para praticar e manter oculta a prática do delito de lesão corporal (GARCIA et al., 2013).

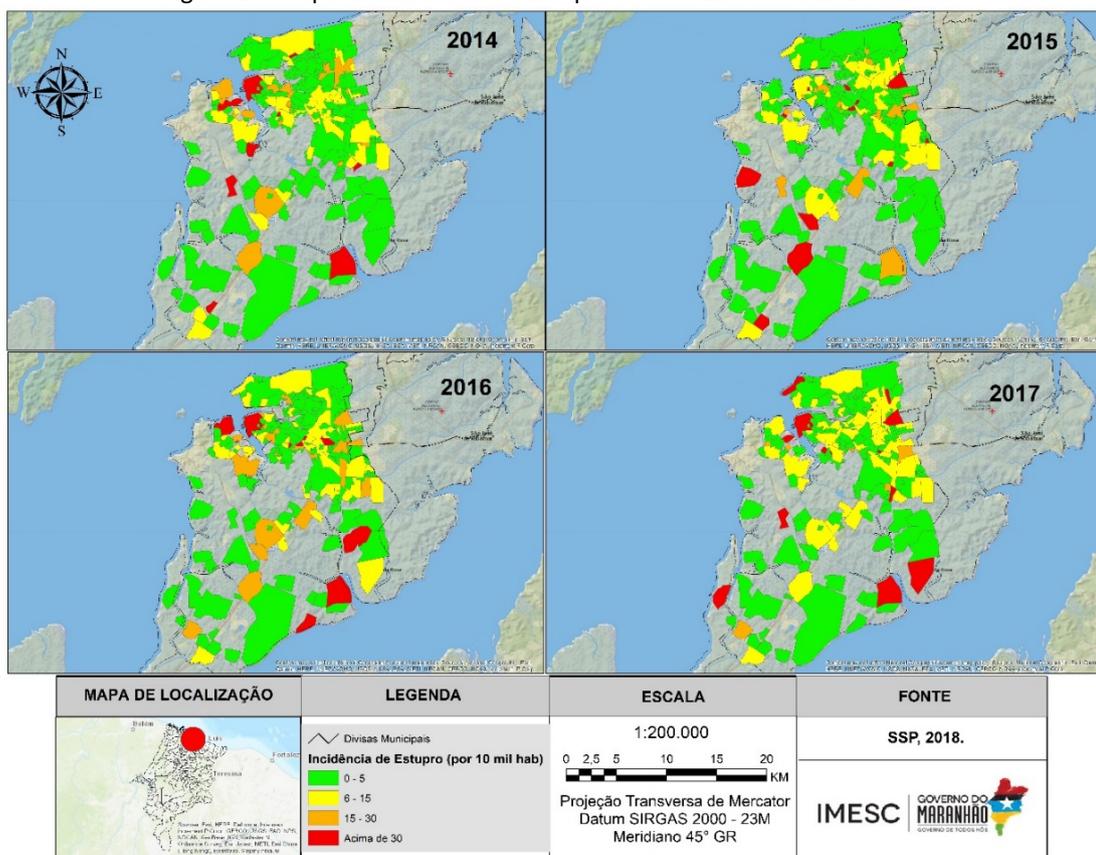
Em contexto semelhante, estão as ocorrências de estupro, que entre 2014 e 2017, representaram 2% dos registros entre os crimes violentos não letais intencionais em São Luís. Em 2014, registrava-se incidência de 73 casos de estupro por 100 mil/hab. Com a redução de 9,5% em 2017, passou-se a registrar incidência de 66 casos por 100 mil habitantes<sup>4</sup> (Figura 13).

Entre os bairros de São Luís que registraram maior incidência de estupro, estão localidades distantes da área central como Quebra Pote, Gapara, Vila Maranhão, Mato Grosso e Alto Esperança. No entanto, destaca-se bairros na faixa central do município como o Centro e áreas de classe média-alta como Ponta D' areia, que registraram em 2017 incidência superior a 30 casos por 10 mil habitantes.

---

<sup>4</sup> Esses dados representam as ocorrências registradas com homens e mulheres.

Figura 13: Mapa da incidência de Estupro em São Luís entre 2014 e 2017.



Ressalta-se a grande subnotificação deste tipo de crime, como afirma a Pesquisa Nacional de Vitimização (2013). Este estudo verificou que, no Brasil, somente 7,5% das vítimas de violência sexual registram o crime nas delegacias. Realidades como essas são vistas em diferentes países do mundo, como demonstra o Departamento de Justiça dos Estados Unidos que verificou em 2010, que apenas 35% das vítimas nos EUA reportaram o crime à polícia. Já o Instituto de Criminologia Australiano divulgou em estudo intitulado *The women's safety survey*, que 15% das vítimas de violência sexual australianas reportam ocorrência de estupro a polícia. Isso demonstra que o crime de estupro é aquele que apresenta a maior subnotificação e por consequência o mais complexo de ser combatido.

Neste sentido, entende-se que a violência sexual é uma interface da violência de gênero e representa uma grave violência aos direitos humanos. A realidade da violência sexual, mostra semelhanças com a violência doméstica e familiar no sentido de que as vítimas de casos de estupro são em sua maioria do sexo feminino. De acordo com Marina Pinheiro (2016, p.38):

“Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública registram 45.460 casos de estupro em 2015, uma redução de 10% em relação a 2014 em que foram registradas 50.438 ocorrências. Os números são referentes a estupros de mulheres e de homens, embora as mulheres sejam as maiores vítimas, o registro do Sinan mostra que 89% das vítimas são do sexo feminino.”

Segundo o relatório intitulado Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde, produzida pelo Ipea (2000), estima que, no mínimo, 527 mil pessoas sejam estupradas por ano no país. Corroborando com esses dados, o 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública afirma que a cada 11 minutos alguém sofre com esse tipo de violência no país. Segundo o estudo, como resultado dessa realidade, temos cerca de 90% das mulheres e 73% dos jovens de 16 a 24, afirmando ter medo de sofrer violência sexual, ao passo que 67% da população brasileira residente nas grandes cidades brasileiras tem medo de ser agredida sexualmente.

#### **4.1 Crimes Violentos Não Letais por Sexo**

A violência contra a mulher está ligada a fatores históricos, onde a mulher é vista como inferior ao homem. O estudo sobre a violência de gênero no Brasil realizado pelo IPEA em 2014, indica que a ideologia do patriarcalismo e sua expressão machista dissemina de forma explícita a cultura do machismo, em meios de comunicação e no Sistema de Justiça Criminal. Dessa forma, reforça-se padrões de conduta que muitas vezes levam à violência de gênero e, em particular aos estupros.

A violência contra a mulher representa uma grave violação aos direitos humanos, bem como a igualdade entre homens e mulheres trazidas pela Constituição Federal, conforme o art. 5º, inciso I (ROSA, 2014). Essa violência pode se apresentar de diversas formas, como, por exemplo, na modalidade de violência doméstica e familiar contra a mulher, lesão corporal, no crime de feminicídio ou nos crimes sexuais.

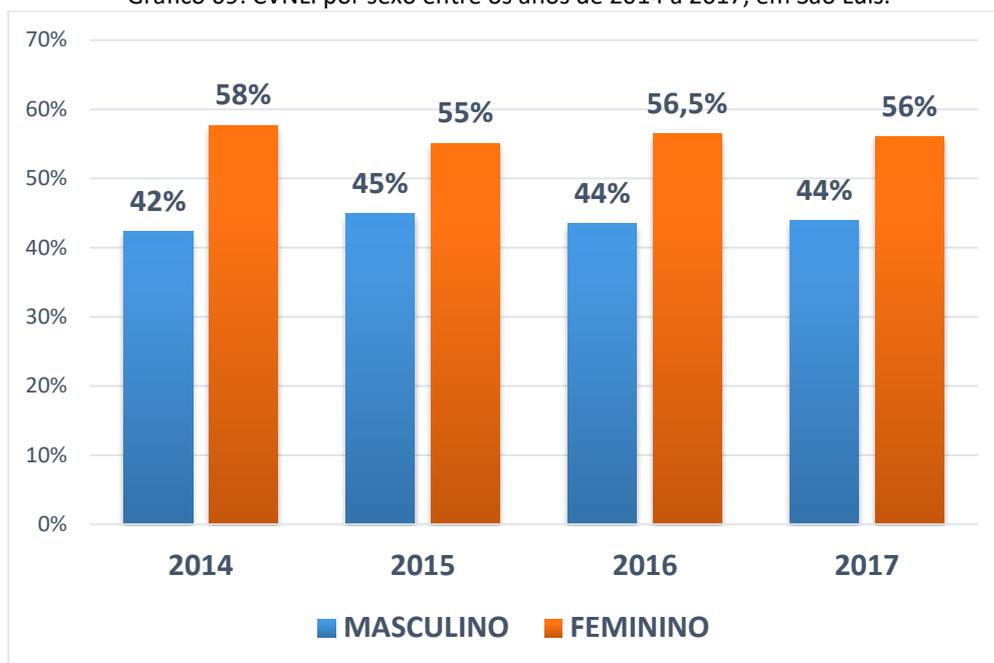
Neste sentido, é importante mencionar que a violência contra a mulher pode ser encarada por uma perspectiva da desigualdade de gênero e da representação das diferenças de poder entre homens e mulheres. Conforme Saffioti (2015, p. 75), “a desigualdade, longe de ser natural é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama das relações sociais”.

Diante desse cenário, os índices de violência contra a mulher continuam sendo altos, por exemplo, quando analisa-se a violência doméstica e familiar, resta claro que as mulheres ainda são as principais vítimas. Assim, cita-se:

Dados da Vigilância de Violência e Acidentes (VIVA) do Ministério da Saúde, de 27 municípios, de agosto de 2006 a julho de 2007, **mostram que são as mulheres as principais vítimas das violências doméstica e sexual, da infância até a terceira idade.** Do total de 8.918 notificações de atendimentos de violência doméstica, sexual e outras violências, registradas no período analisado, 6.636, ou seja, 74% referiam-se a vítimas do sexo feminino. As mulheres adultas (20 a 59 anos) foram as que mais sofreram violência: 3.235 atendimentos, representando 79,9% do total de agressões relatadas. (BRASIL, 2011, p. 13, grifou-se).

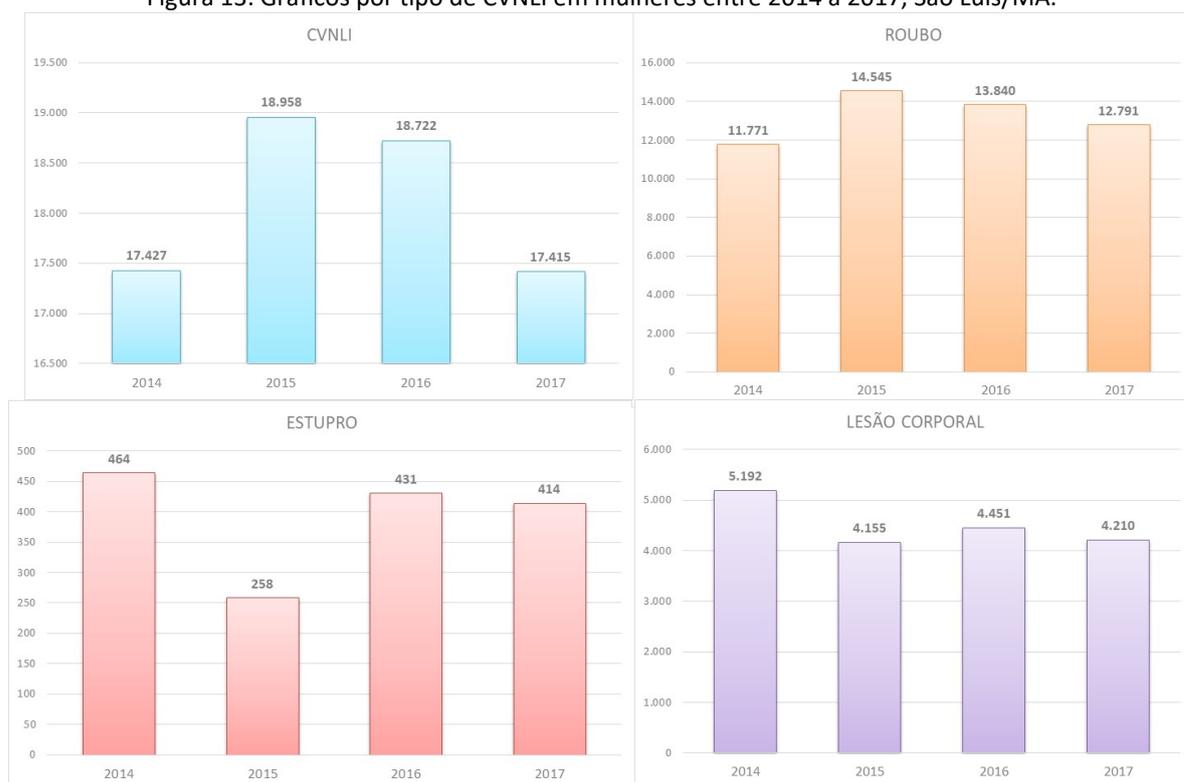
Reflexo da realidade brasileira, a capital maranhense entre 2014 a 2017 registrou que as vítimas mulheres em média representam 56% dos crimes violentos não letais intencionais, principalmente, no âmbito dos crimes de roubos e lesão corporal (Gráfico 09 e Figura 13).

Gráfico 09: CVNLI por sexo entre os anos de 2014 a 2017, em São Luís.



Fonte: SSP, 2018.

Figura 13: Gráficos por tipo de CVNLI em mulheres entre 2014 a 2017, São Luís/MA.

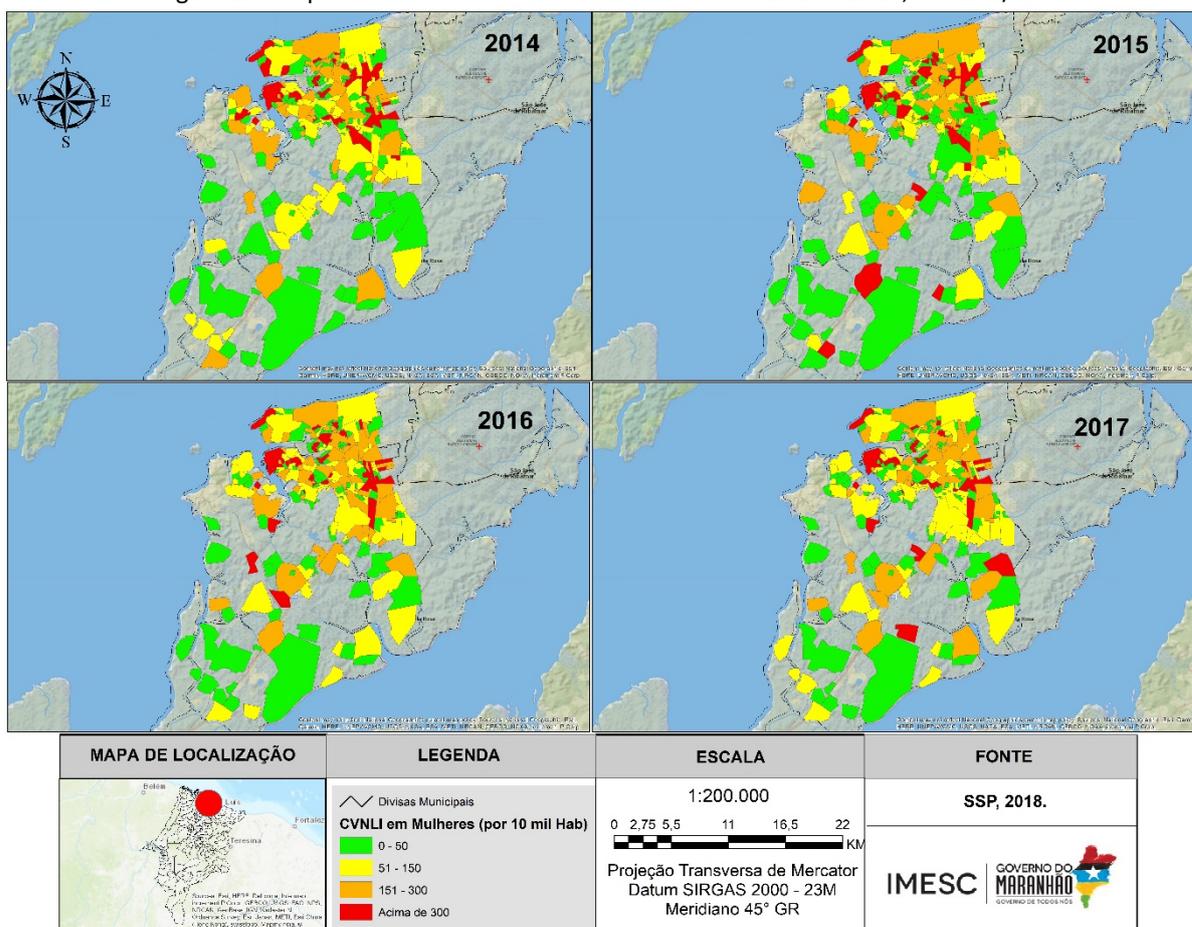


Fonte: SSP, 2018.

Entre os registros analisados, percebe-se que, em média, 42% dos casos de lesão corporal em São Luís possuem vítimas do sexo feminino, enquanto que referente aos casos de roubos 40,6% incidem sobre as mulheres. Paralelo a esse cenário, observa-se redução de 14,2% dos casos de lesão corporal contra mulheres. Já em relação a roubos, nota-se aumento de 8%, entre 2014 e 2017. Essa dinâmica fez com que a incidência de roubos e lesão corporal, com vítimas mulheres em 2017, alcança-se 2.210 e 727 casos por 100 mil habitantes, respectivamente.

Em referência as ocorrências de estupro, identifica-se que a capital maranhense em 2014 registrou incidência de 82 casos de estupro para cada 100 mil mulheres, com redução de 13% em 2017, passando a registrar incidência de 71 casos por 100 mil mulheres em 2017 (Figura 14). Ressalta-se que na série histórica analisada, se identificou aumento de 3ppc de vítimas de estupro do sexo masculino, fazendo com que em 2017.

Figura 14: Mapa dos casos de CVNLI em mulheres entre 2014 a 2017, São Luís/MA.



Através do mapa acima, observa-se maior incidência dos crimes violentos não letais com vítimas mulheres na região central do município (Centro, Desterro, Filipinho e Monte Castelo), bem como em bairros na área limítrofes a São José de Ribamar (Cohatrac e Forquilha). Ao mesmo tempo, ressalta-se a redução da incidência dos registros na área Itaqui-Bacanga, e ampliação em bairros considerados de classe média-alta como Ponta D' areia, Vinhais e Recanto Vinhais.

Os dados anteriormente apresentados, não devem ser vistos apenas como uma manifestação da desigualdade de gênero, tendo em vista que essa realidade contribui para a manutenção do desequilíbrio de poder entre homens e mulheres. Todavia, a violência sexual merece destaque, por se tratar de um problema de Saúde Pública de grande magnitude no mundo. Em estudo conduzido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que a prevalência global de violência física e/ou sexual cometida por parceiro íntimo abarcou 30% (GARCIA et al., 2013).

Em relação a violência contra mulheres mostra crescimento no Brasil, identifica-se ampliação de forma geral nos grandes centros urbanos, causando aos cofres públicos em 2011

um gasto de R\$ 5,3 milhões somente com internações. O dado foi calculado pelo Ministério da Saúde a pedido da Agência Brasil. Foram 5.496 mulheres internadas no Sistema Único de Saúde (SUS) no ano de 2011, em decorrência de agressões (SVS, 2012).

Além das vítimas internadas, 37,8 mil mulheres, entre 20 e 59 anos, precisaram de atendimento no SUS por terem sido vítimas de algum tipo de violência. O número é quase 2,5 vezes maior do que o de homens na mesma faixa etária que foram atendidos por esse motivo, conforme dados do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde.

Dessa forma é importante ressaltar as diferenças de gênero na mortalidade por agressões. Apesar da mortalidade masculina ser bastante superior à feminina, em decorrência dos modelos culturais de masculinidade, os óbitos entre mulheres ocorrem principalmente no ambiente familiar, à causa de agressão perpetrada por conhecidos. Estudos indicaram que, no Brasil, 75,9% dos agressores de mulheres vítimas de violência são reconhecidos como familiares e conhecidos. Aproximadamente, 39,7% das mulheres indicaram ter sofrido violência de repetição, enquanto entre os homens, esse percentual foi de 26,3% (GARCIA et al., 2013).

Torna-se importante mencionar a presença de mulheres que sobrevivem em comunidades urbanas socialmente excluídas, o que, muitas vezes, faz com que estas estejam submetidas a um cenário de violência criminal, bem como policial. Pinheiro (2016) indica que as mulheres possuem uma incidência menor de envolvimento no crime, mas lidam com um alto grau de violência criminal e com ausência de proteção por parte do Poder Público.

No ano de 2016, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública realizou em parceria com o Datafolha uma pesquisa na qual obteve-se como resultado que 30% dos homens e mulheres concordam com a seguinte afirmação: “A mulher que usa roupas provocantes, não pode reclamar se for estuprada.”

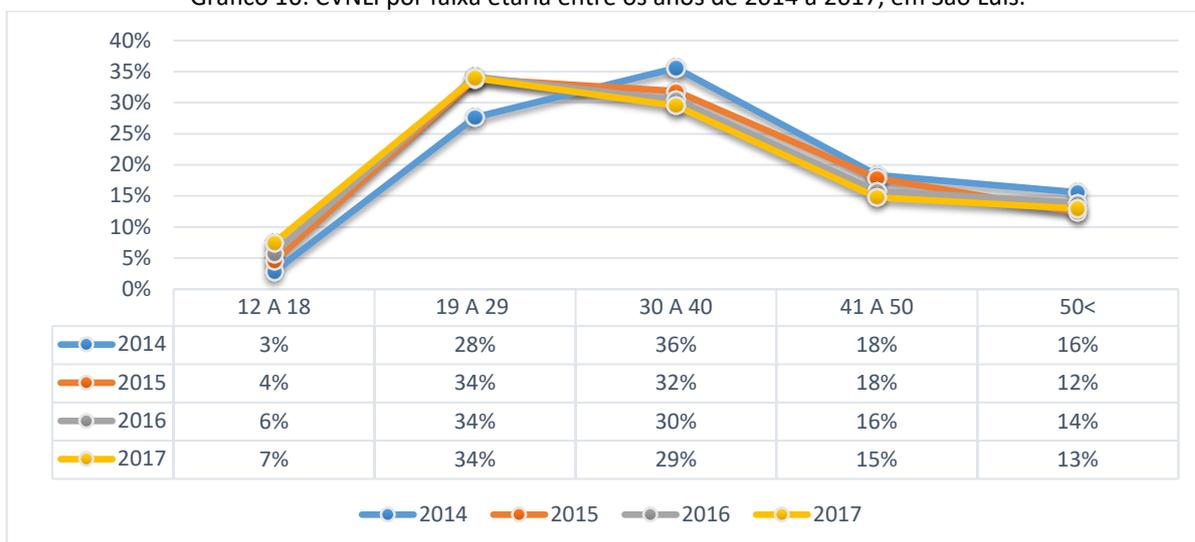
Nesse contexto, os dados apresentados revelam um quadro grave, onde a violência psicológica, patrimonial, física ou sexual, demonstram uma tendência de agravamento crescente, e muitas vezes antecede uma violência fatal, considerando que em muitos casos as mulheres passam várias vezes pelo sistema de saúde antes de chegarem a uma delegacia ou a um juizado, e muitas nunca nem chegam (IPEA, 2017). Corrobora com essa perspectiva a pesquisa intitulada “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, que se aferiu que 29% das mulheres brasileiras relataram ter sofrido algum tipo de violência segundo a

pesquisa, sendo que apenas 11% dessas mulheres procuraram uma delegacia da mulher, além disso identifica-se que em 43% dos casos a agressão mais grave, foram em nível domiciliar.

#### 4.2 Crimes Violentos Não Letais por Faixa Etária

Como relatado no presente estudo, a violência letal e não letal possuem dinâmicas que são influenciadas pelo contexto social, gênero e faixa etária. Relativo as ocorrências de CVNLI por faixa etária, identifica-se que 2/3 dos casos concentram-se em vítimas com 19 e 40 anos. Ressalta-se que a série histórica analisada, revela redução de 7pp na faixa etária de 30 a 40 anos, enquanto ocorre ampliação de 6pp entre jovens de 19 e 29 anos (Gráfico 10).

Gráfico 10: CVNLI por faixa etária entre os anos de 2014 a 2017, em São Luís.



Fonte: SSP, 2018.

No gráfico anterior, percebe-se aumento de 4pp dos registros de CVNLI na faixa etária de 12 a 18 anos. Referente a elevação dos registros de CVNLI entre jovens de 12 a 29 anos, identifica-se influencia principalmente do aumento de ocorrências ligadas a lesão corporal (34%) e roubos (30%), identificada nessa faixa etária (Figura 15).

Figura 15: Gráficos por tipo de CVNLI em jovens entre 2014 a 2017, São Luís/MA.

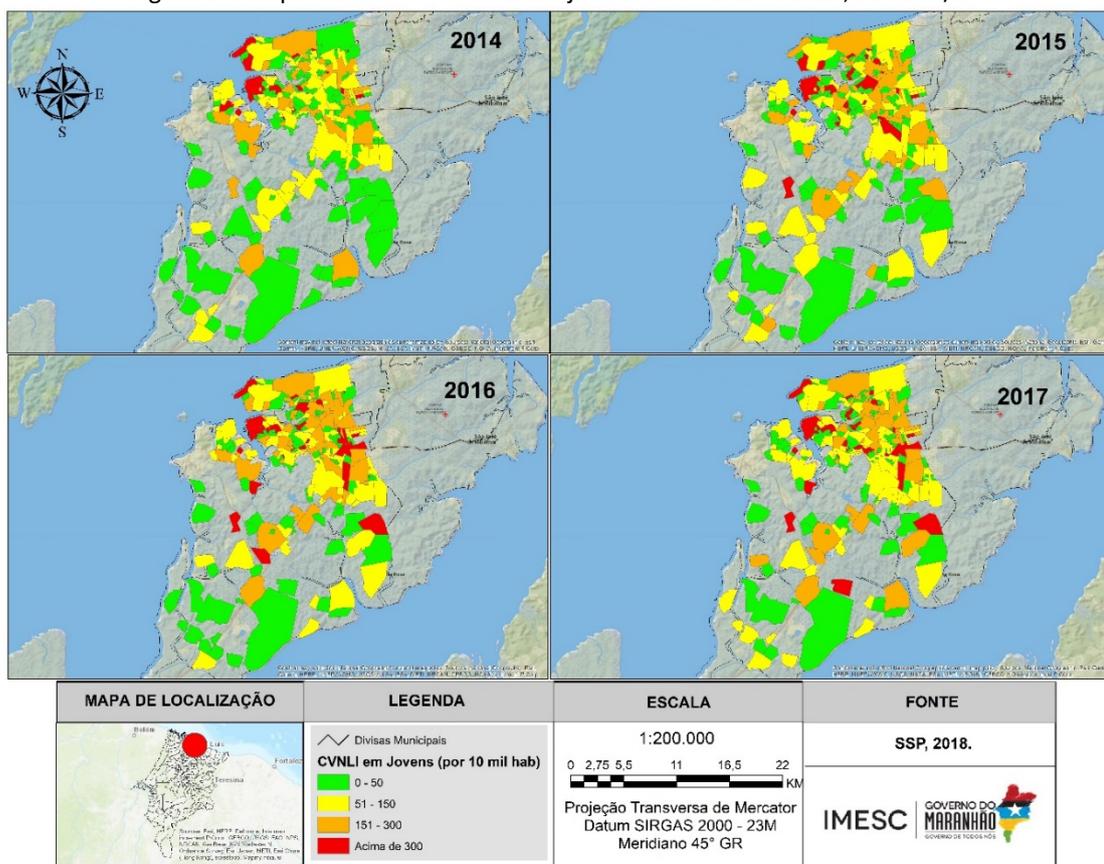


Fonte: SSP, 2018.

A vulnerabilidade das crianças e adolescentes, acaba por fazê-los as principais vítimas dos casos de estupro, e em relação ao agressor, na maioria dos casos, registra-se envolvimento de pessoas próximas. De acordo com o IPEA (2014), em sua pesquisa sobre estupro, no Brasil foi possível identificar que, em 2011, 88,5% das vítimas eram do sexo feminino, e mais da metade das vítimas tinha menos de 13 anos de idade, 51% dos indivíduos eram de cor preta ou parda e, por fim, mais de 70% dos estupros vitimaram crianças e adolescentes.

Especificamente em São Luís, a série histórica analisada, apresenta redução de 4% de ocorrências de estupro com vítimas de jovens entre os anos de 2014 e 2017. No entanto, 45% dos casos de estupro registrados são vítimas com idade entre 12 e 29 anos (Figura 16). Ressalta-se que a redução alcançada nos últimos anos foi influenciada principalmente pela diminuição de 70% dos registros de estupro na faixa etária de 12 a 18 anos.

Figura 16: Mapa dos casos de CVNLI em jovens entre 2014 a 2017, São Luís/MA.



O mapa acima demonstra maior incidência dos crimes violentos não letais com vítimas jovens na região central do município (Centro, Cohab Anil, Filipinho e Jardim São Cristóvão), bem como em bairros na área limítrofes a São José de Ribamar (Cohatrac IV e Forquilha). Ao mesmo tempo, ressalta-se a redução da incidência dos registros na área Itaqui-Bacanga, Cohatrac e Planalto Turu com ampliação em bairros considerados de classe média-alta como Ponta D' areia, Cohajap, Calhau, Maranhão Novo e Recanto Vinhais, bem como na zona rural com destaque para os bairros de Pedrinhas, Maracanã, Anajatuba e Cajipari.

A complexidade na resolução dos problemas urbanos como, por exemplo, infraestrutura, segurança, a falta de capacitação de jovens, o tráfico de drogas e a vulnerabilidade das crianças, proporcionam o crescimento da violência em regiões específicas. Somado os aspectos acima, estão características ligadas a presença de centros comerciais com grande fluxo de pessoas, além de redes de serviços que são concentrados em determinados bairros no município.

Entre os bairros de classe média-alta, que se observa aumento dos casos de violência contra jovens, foi possível identificar que nos últimos dois anos nestas localidades, houve

ampliação de estabelecimentos de lazer (bares e restaurantes), o que influenciou o aumento do fluxo noturno para essas áreas. Por outro lado, percebe-se a influência da elevação das taxas de desemprego e precária infraestrutura na região da Cidade Operária e zona rural. Em suma, as características identificadas nessas áreas demonstram fácil acesso, localização de comércios e uma grande movimentação de pessoas durante o dia e ruas com reduzido fluxo noturno. Deve-se ressaltar que a acessibilidade promove facilidades na movimentação, portanto no caso poderia estar associada a estratégias de fuga.

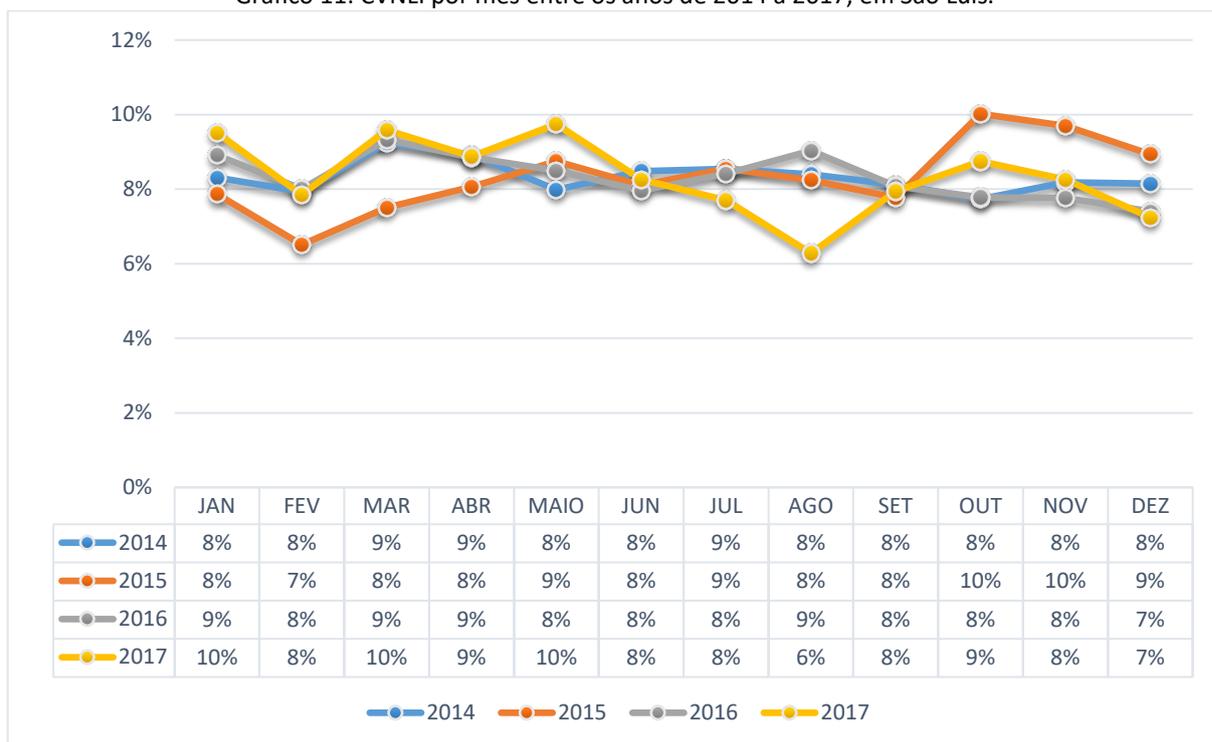
Nesse sentido, torna-se imperativo frisar que quando o jovem é exposto ao contexto apresentado, faltam pretextos para uma adesão de valores, e não faltam motivos para uma vida na criminalidade. De acordo com o Atlas da violência (2017), quando se relega à criança e ao jovem em condição de vulnerabilidade social, um processo de crescimento pessoal sem a devida supervisão e orientação, bem como uma escola de má qualidade, que não diz respeito aos interesses e valores desses indivíduos, ocorre uma interferência direta na formação da pessoa e na sua conduta na vida em sociedade.

#### **4.3 Dinâmica espacial dos Crimes Violentos Não Letais (Data e Horário)**

Em um estudo realizado pela UFPE (2006), comprova-se que uma área com alta densidade populacional possui uma maior tendência para ocorrências de crimes, haja vista o grande número de pessoas utilizando o espaço, conjugado ao intenso fluxo destas, pode variar em diferentes períodos do dia e assim propiciar elevação da criminalidade.

Seguindo essa perspectiva, analisa-se a dinâmica de ocorrências em São Luís por mês, data e horário. Observa-se aumento de 3pp no 1º semestre do ano no período analisado, com concentração de 54% dos casos nos primeiros 6 meses do ano de 2017 (Gráfico 11). O 1º trimestre do ano, obteve aumento das ocorrências de CVNLI de 3pp na série histórica analisada, alcançando em 2017 cerca de 28% dos casos, enquanto que o 3º trimestre apresentou redução de 3pp. Já entre os meses com maior incidência de CVNLI, destaca-se o mês de janeiro, março e maio, juntos estes meses concentraram 30% dos registros no ano de 2017.

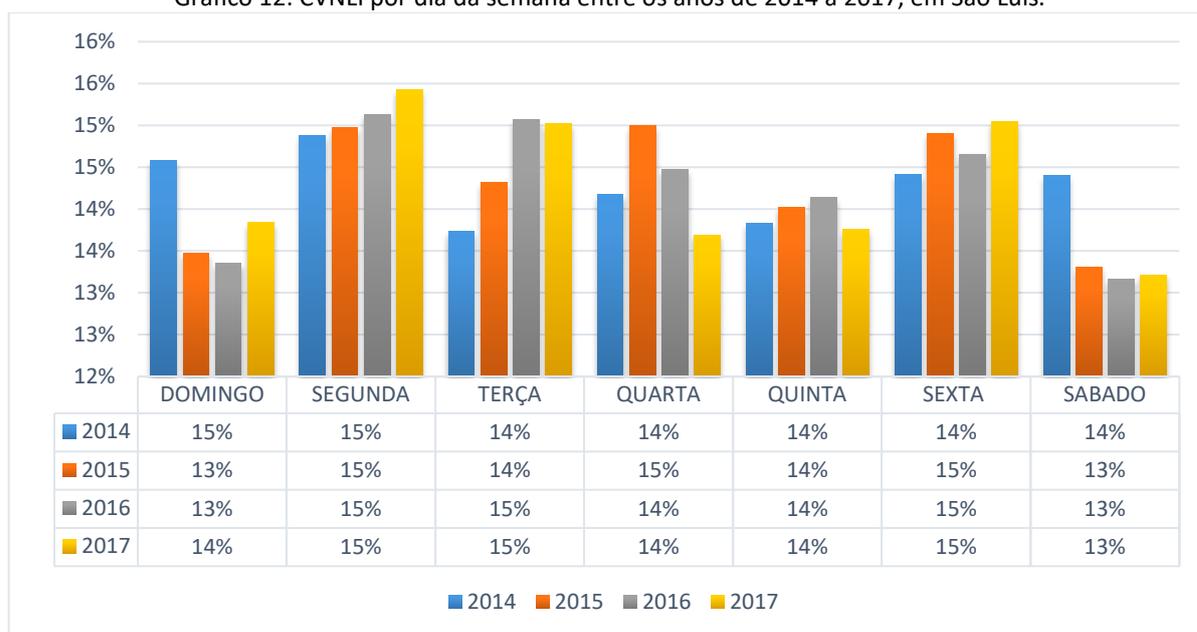
Gráfico 11: CVNLI por mês entre os anos de 2014 a 2017, em São Luís.



Fonte: SSP, 2018.

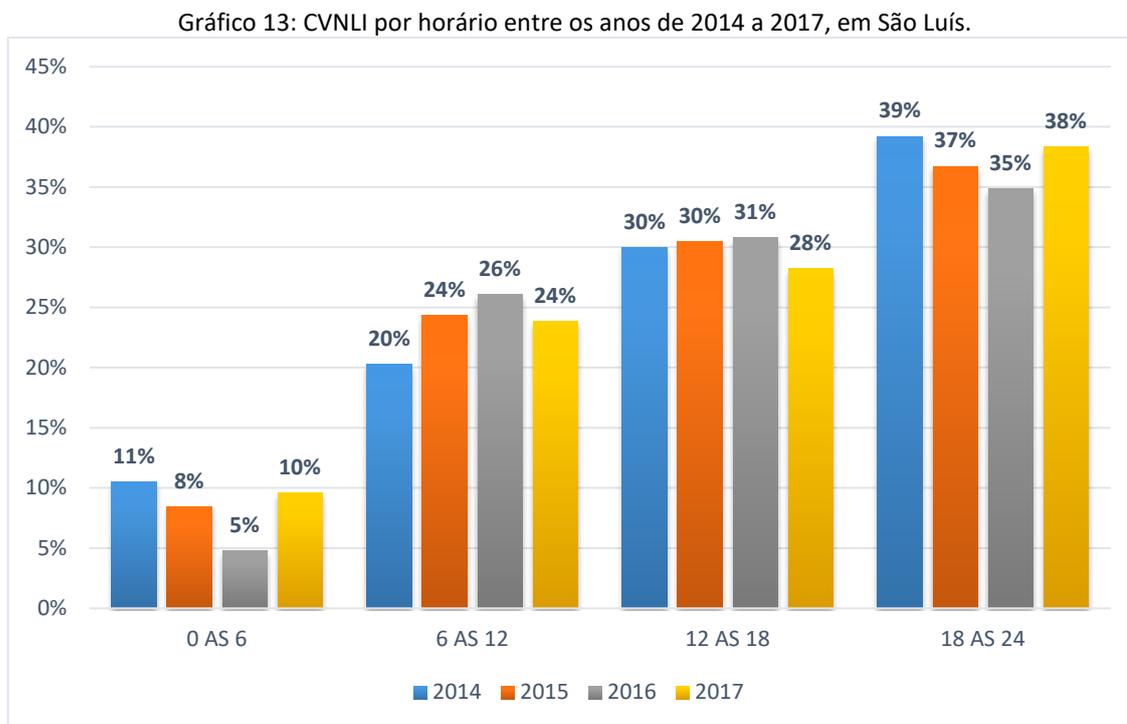
Referente aos casos de CVNLI por dia da semana, observa-se que em média 45% dos casos ocorrem nas segunda, terça e sexta-feira (Gráfico 12). Ressalta-se que essa dinâmica ocorre de forma diferenciada entre os bairros analisados, contudo observa-se redução de 1ppc dos registros aos sábados e domingos, entre 2014 e 2017.

Gráfico 12: CVNLI por dia da semana entre os anos de 2014 a 2017, em São Luís.



Fonte: SSP, 2018.

No que tange as ocorrências de CVNLI por horário, identifica-se que o maior quantitativo dos casos ocorrem entre as 12h e 18h, esse período concentra 30% dos registros mesmo com a redução de 2pp entre 2014 e 2017. Nesse contexto, destaca-se a ampliação de 4pp das ocorrências entre as 6h e 12h da manhã (Gráfico 13).



Fonte: SSP, 2018.

Com base em contextos semelhantes aos identificados em São Luís, Ribeiro (2010) evidencia que a violência possui características heterogêneas, cada vez mais influenciada pelas relações socioeconômicas e singularidades territoriais, o que possibilita o necessário exercício de reflexão para subsidiar as recomendações para a construção do diagnóstico da segurança pública da grande São Luís e do Maranhão.

## **5 REFLEXÕES E RECOMENDAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA DA GRANDE SÃO LUÍS**

Entende-se que a violência não deve ser analisada de um ponto de vista meramente de punição, pelo contrário, o contexto social no qual está inserida mostra-se estruturante para que esta aconteça na realidade social vigente. Neste sentido, a discussão sobre a violência deve enfrentar diversas exclusões e questões sociais, como, por exemplo, a importância da escolarização, a falta de infraestrutura nos bairros, o déficit de oportunidades, a desigualdade de gênero.

Desse modo, apesar de todo o avanço que a humanidade já teve por meio da tecnologia e da dominação de diversos instrumentos, e mesmo com a existência de vários ordenamentos jurídicos que tratam sobre Direitos Humanos ou criminalizam a autotutela por meio da violência, percebe-se que em diversas circunstâncias esta acaba sendo determinante para a resolução dos conflitos nas relações.

Analisar a produção da violência e as diversas formas como está se apresenta, nos remete, como dito no presente relatório a correlacionar o contexto social e a ação simbólica que a violência produz dentro de uma sociedade, baseada em relações desiguais e de exclusão. Nesta linha, percebe-se que esse fenômeno atinge diretamente as classes mais vulneráveis socialmente e economicamente.

Frisa-se que a intenção não é de relacionar a violência com a pobreza por uma perspectiva de determinação. Segundo Reis (2016, p. 19), “não é necessário formular nenhum argumento sofisticado no campo dos direitos humanos para reconhecer que a inclusão de um indivíduo ao sistema de saúde pode permitir a melhoria de suas condições de saúde e de vida.” O autor trata especificamente do sistema de saúde, mas a afirmação pode ser ampliada no sentido de reconhecer que a garantia de uma série de direitos humanos na prática pode trazer melhorias significativas nas condições de vida, bem como na diminuição dos índices de violência.

Além do que, muitas vezes esses grupos mais vulneráveis estão inseridos em uma realidade complexa, nas quais as relações de violência ou de conflitos, podem ser percebidos em diversos contextos, como por exemplo com o Estado e seus representantes, outras vezes com grupos de milícias ou até mesmo nas relações de trabalhos que estabelecem (COSTA, 1999), atingindo assim, a forma como as interações sociais são criadas e reconhecidas.

Sob o contexto do cenário apresentado Cerqueira (2016) trata sobre a importância do processo educacional no desenvolvimento infanto-juvenil e na prevenção de crimes. Assim, atrela-se à ideia de que o desrespeito aos direitos humanos na realidade social interfere diretamente no contexto da violência e, na mesma linha, defende-se o papel crucial de políticas educacionais voltadas para as zonas mais periféricas e marcadas pelas desigualdades, o que pode desencadear uma melhoria significativa na vida das pessoas e nos índices de violência.

Desse modo com o presente relatório técnico, o IMESC buscou traçar um perfil da mensuração da criminalidade no município de São Luís, para além de teses para diminuição da criminalidade que já se mostraram equivocadas em curto, médio e longo prazo (“quanto mais armas, menos crimes”, “aumentar a letalidade policial”, “redução da maioridade penal”, “generalização do excludente de ilicitude”, “ampliação das taxas de encarceramento”, “proibição da maconha” ou “Internação compulsória de usuários crônicos de drogas sem autorização da família ou do usuário”). Assim, com a finalidade de subsidiar a efetivação de políticas públicas, além de refletir sobre as metodologias e procedimentos de quantificação atualmente utilizadas, buscou-se compreender os padrões espaciais e temporais da dinâmica criminal, bem como desenvolver cenários que retratem de forma fidedigna a qualidade de vida da população maranhense.

A metodologia para análise espacial desenvolvida, esteve focada na relação entre as ocorrências de CVLI e CVNLI. A partir desta correlação, observa-se a necessidade da otimização e a consequente reflexão sobre os procedimentos técnicos e recomendações para a construção do Diagnóstico da Segurança Pública da Grande São Luís e do Maranhão que será desenvolvido posteriormente.

Entretanto é preciso avançar sob questões que afetam diretamente a maior parte da população maranhense, melhorando a forma dos registros, ampliando a transparência dos dados e buscando meios de reduzir as subnotificações dos crimes contra os diferentes estratos sociais, para de fato compreender, prevenir e combater a dinâmica da violência seja contra crianças, jovens, mulheres, LGBT, idosos, negros e outros.

Entendemos que para tanto, faz necessários a otimização dos registros das ocorrências, no que tange a forma e conteúdo com o objetivo de alcançar temas que influenciam diretamente a segurança do cidadão, compreendendo que a Segurança Pública não é uma sensação, mas um bem sócio jurídico de índole constitucional e universal do Estado, que não pode ser fracionado a fim de atender seletivamente pessoas ou grupos, mas destina-se a todos os cidadãos (MORAES, 2009). As evidências sugerem que políticas de prevenção de longo prazo são mais baratas e eficientes. Mas demoram demais. O nível de criminalidade na sociedade brasileira exige medidas de curtíssimo prazo (KANH, 2018).

Com base nos paradigmas apresentados, recomenda-se que o governo do Estado priorize ações como:

- Estabelecer o Plano Estadual de Redução da Violência alinhado ao Plano de Governo, com a finalidade de desenvolver e implementar políticas públicas integradas, através das Secretárias de Estado, levando em consideração as diferentes camadas que representam as múltiplas categorias e territorialidades do Maranhão, visando os sistemas de educação, assistência social, justiça e saúde;
- Ampliar as ações que reduzam as desigualdades econômicas, sociais e culturais, além de considerar rever os serviços que hoje pela sociedade civil são insuficientes para as vítimas por não conseguir prevenir e combater à violência;
- Fortalecer políticas públicas para reduzir comportamentos violentos, incluindo desenvolver habilidades entre pais e cuidadores para resolver conflitos familiares sem o uso de violência e promover a não violência entre crianças e adolescentes;
- Construir sistemas de assistência social, além de ampliar e capacitar profissionais da segurança pública, judiciário, redes e conselhos da sociedade civil, com o intuito de aperfeiçoar a coleta e tratamento de dados desagregados sobre os diversos tipos de violência.

Visa-se dessa forma atender a necessidade de se prevenir a violência de forma integrada a políticas sociais para desse modo, reduzir as desigualdades sociais e de gênero, que representam o mais importante fator de risco entre os diversos tipos de violência. Somente com uma série de intervenções, incluindo reformas legais, fortalecimento dos serviços de proteção social, educação e direito, as desigualdades poderão ser reduzidas. Para tanto é necessário ter consciência de que a violência é um problema de saúde pública, educação e cultural (GARCIA et al., 2013).

Por fim, o modelo aqui proposto, busca incentivar a ampliação de pesquisas e diagnósticos com estatísticas consolidadas, destinadas a aumentar o desenvolvimento e a implementação de ferramentas capazes de identificar os verdadeiros vazios urbanos, onde se impera a ausência do poder público e a perpetuação de deficiências no saneamento, segurança, saúde, educação e qualidade de vida. Assim, abrisse a possibilidade de se otimizar a propositura de soluções direcionadas à criação e efetivação de políticas públicas em um Governo e Estado que é de fato e direito de todos nós.

## REFERÊNCIAS

- COSTA, D. H. da et al. **Homicídios de jovens: os impactos da perda em famílias de vítimas.** Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 27. 2017. P. 685-705.
- CERQUEIRA, D. **Trajetórias Individuais, Criminalidade e o Papel da Educação.** In: Boletim de Análise Político-Institucional / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – n.1 (2011). Brasília: Ipea, junho 2016. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=28504&Itemid=6](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28504&Itemid=6) Acesso em: 16 de dezembro de 2016.
- CERQUEIRA, D. **Custo de Bem-estar da Violência e Criminalidade no Brasil.** In: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017. São Paulo: FBSP, 2017. CERQUEIRA, D. et al. Atlas da violência 2018. Rio de Janeiro: IPEA e FBSP, 2018.
- DAWSON M, BUNGE V. P; BALDE T. **National trends in intimate partner homicides: explaining declines in Canada, 1976 to 2001.** Violence Against Women. 2009.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Estatística de Segurança Pública.** Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2014.
- GARCIA, L. P, et al. **Avaliação do impacto da Lei Maria da Penha sobre a mortalidade de mulheres por agressões no Brasil, 2001-2011.** Epidemiol. Serv. Saúde, 22(3): Brasília, 2013. p. 383-394.
- Governo do Estado do Maranhão. Mapa Estatístico de CVLI da Grande de São Luís (2015).** Secretaria de Estado da Segurança Pública - Unidade de Estatística de Análise Criminal. São Luís. 2015.

\_\_\_\_\_. **Anuário da Estatística Criminal de São Luís e Região Metropolitana (2014)**. Secretaria de Estado da Segurança Pública - Unidade de Estatística de Análise Criminal. São Luís. 2015.

Governo do Estado da Paraíba (Org.). **Metodologia de contagem de Crimes Violentos Letais Intencionais**: Secretaria da Segurança e da Defesa Social. João Pessoa: Secretaria de Estado da Comunicação Institucional, 2013. 1 p.

HERMES, I. **CVLI: A Nomenclatura e Suas Estatísticas Valorizadoras da Vida**. 2014. Disponível em: < <http://j.mp/1u8P4Sj> >. Publicado em: 21 jul. 2014.

KAHN, T. **Seis teses equivocadas sobre a criminalidade brasileira**. 2018. Disponível em: <http://tuliokahn.blogspot.com/>. Acesso em: 12 de novembro de 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010 aprimorou a identificação dos aglomerados subnormais**. Disponível em: < <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias.html?view=noticia&id=1&idnoticia=2051&busca=1&t=censo-2010-aprimorou-identificacao-aglomerados-subnormais> >. Acesso em: 12 de dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2000/2010 - População residente por cor ou raça, sexo, situação do domicílio e grupos de idade**. Disponível em: <http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=2&i=P&c=2093>. Acesso em: 14 de dezembro de 2016.

IPEA – Instituto Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2017**. IPEA/ FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2017.

IPEA – Instituto Pesquisa Econômica Aplicada. **Nota técnica: Atlas da Violência 2016**. IPEA/ FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2016.

IPEA – Instituto Pesquisa Econômica Aplicada. **Mapa da Violência 2015**. IPEA/ FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2015.

LIRA, P. S. **Geografia do Crime e arquitetura do medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas**. Editora Oficina LTDA. Vitória, ES. 2014.

MELO, S.N.; BEAUREGARD, E.; ANDRESEN, M.A. **Factors related to rape reporting behavior in Brazil: Examining the role of spatio-temporal factors**. Journal of interpersonal violence, 2016.

MELO, S. N. FRANK, R.; BRANTINGHAM, P. **Voronoi Diagrams and Spatial Analysis of Crime**. The Professional Geographer. p. 1–12. 2017.

MORIN, Edgar, CIURANA, Emilio Roger, MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana.** Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez; Brasília; UNESCO, 2003.

PEIXOTO, B. T. **Metodologias e Criminalidade Violenta no Brasil.** SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 18(1). 2004. p. 13-21.

PNUD. **Perfil das Unidades de Desenvolvimento Humano.** Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_udh/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_udh/) Acesso em: 12 de dezembro de 2016.

RATCLIFFE, J. H; TANIGUCHI; T. A. **Is crime higher around drug-gang street corners? Two spatial approaches to the relationship between gang set spaces and local crime levels.** Crime Patterns and Analysis. 2008. p. 17–39.

ROSA, E. M. **Lesão corporal circunstanciada pela violência doméstica. 2014** Disponível em: <https://emanuelmotta.jusbrasil.com.br/artigos/135520622/lesao-corporal-circunstanciada-pela-violencia-domestica>. Acesso em: 14 de novembro de 2017.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência.** Expressão Popular. 2015. 158p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

**e o contexto dos problemas de saúde.** Rio de Janeiro. ABRASCO. p. 165 – 192, 2008.

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Saúde Brasil 2011: uma análise da situação de saúde e a vigilância da saúde da mulher.** Brasília, 2012.

SHIODE, S., N. SHIODE, R. BLOCK; C. R. BLOCK. **Space–time characteristics of microscale crime occurrences: An application of a network-based space–time search window technique for crime incidentes.** in Chicago. International Journal of Geographical Information Science 29 (5). p. 697–719. 2015.

UNICEF. United Nations Children’s Fund. **A Familiar Face: Violence in the lives of children and adolescents.** UNICEF. 2017. 215p.

UNDP. **Humam Development Report 2016.** By the United Nations Development Programme 1 UN Plaza, New York, NY. 2016. 285p.

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco. **Padrão espacial de crimes urbanos: Explorações metodológicas no bairro de Boa Viagem – Recife/ PE.** Recife. Editora Lattice. 2006.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global and regional estimates of violence against women prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence.**

Geneva: World Health Organization, 2013.